

O BRASIL MONÁRQUICO: UMA NAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff  
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Fernando Haddad

**SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**  
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE  
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES  
João Carlos Teatini de Souza Clímaco

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE**  
**UNICENTRO**

REITOR: Vítor Hugo Zanette  
VICE-REITOR: Aldo Nelson Bona  
PRÓ-REITORA DE ENSINO: Márcia Tembil  
COORDENADORA UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel  
COORDENADORA ADJUNTA UAB/UNICENTRO: Margareth Maciel  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DIRETOR Carlos Eduardo Schipanski  
VICE-DIRETORA: Maria Aparecida Crissi Knüppel

**EDITORA UNICENTRO**

CONSELHO EDITORIAL: Claudio José de Almeida Mello, Beatriz Anselmo Olinto, Carlos Alberto Marçal Gonzaga, Cristina Fuginga, Ivan de Souza Dutra, Jeanette Beber de Souza, Luiz Gilberto Bertotti, Maria José de Paula Castanho, Márcio Ronaldo Santos Fernandes, Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes, Mauricio Rigo, Oséias de Oliveira, Rosanna Rita Silva, Ruth Rieth Leonhardt, Sidnei Osmar Jadoski, Waldemar Feller

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA LICENCIATURA PLENA A DISTÂNCIA  
COORDENADOR DO CURSO: Carlos Eduardo Schipanski  
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO: Carlos Eduardo Schipanski, Ariel José Pires,  
Maria Aparecida Crissi Knüppel, Milton Stanczyk Filho,  
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Vanessa Moro Kukul.



FABIO PONTAROLO

COLEÇÃO HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

O BRASIL MONÁRQUICO: UMA NAÇÃO EM CONSTRUÇÃO



COMISSÃO CIENTÍFICA: Ariel José Pires, Carlos Eduardo Schipanski,  
Flamarion Laba da Costa, Maria Aparecida Crissi Knüppel, Milton Stanczyk Filho,  
Raphael Nunes Nicoletti Sebrian, Vanessa Moro Kukul.

REVISÃO TEXTUAL  
Vanessa Moro Kukul

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO  
Andressa Rickli  
Espencer Ávila Gandra  
Natacha Jordão

250 exemplares

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Central – UNICENTRO

Fabiano de Queiroz Jucá (CRB 9/1249)

Pantarollo, Fabio

P197b O Brasil monárquico: uma nação em construção / Fabio  
Pantarollo. – – Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2011.  
106 p. - (Coleção História em construção)

ISBN 978- 85- 7891- 086- 0

Bibliografia

1. Brasil - História. 2. Brasil - Monarquia. I. Título.

CDD 981.04

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade do autor.

## SUMÁRIO

<b>Prefácio</b>	<b>07</b>
<b>Introdução</b>	<b>11</b>
<b>Parte I: Da Corte no Brasil à Corte do Brasil</b>	<b>15</b>
1.1 Europa e América do Sul no início do século XIX	15
1.2 A chegada da Corte ao Brasil	19
1.3 Sociedade, cultura e educação no Brasil joanino	22
1.4 A Corte na América, a Corte na Europa	27
1.5 Absolutismo e Ilustração na Independência	30
<b>Parte II: Regências, Revoltas e a Maioridade</b>	<b>39</b>
2.1 O poder em crise: as Regências	39
2.2 Convulsões políticas e revoltas populares	47
2.3 O regresso da monarquia	58
2.4 O tempo saquarema	65
<b>Parte III: A Sociedade do Café</b>	<b>69</b>
3.1 O café e o trabalho escravo	69
3.2 Imigração, mão de obra e industrialização	78
3.3 O movimento abolicionista	87
3.4 A monarquia por um fio	91
<b>Considerações Finais</b>	<b>97</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>101</b>



## PREFÁCIO

Ao ler o livro do professor Fábio, aliás muito bem articulado e fundamentado pela vasta bibliografia que apresenta, o que demonstra a maturidade intelectual do autor. Mas não posso deixar de lembrar de alguns aspectos que considero relevantes para discutir o período imperial brasileiro.

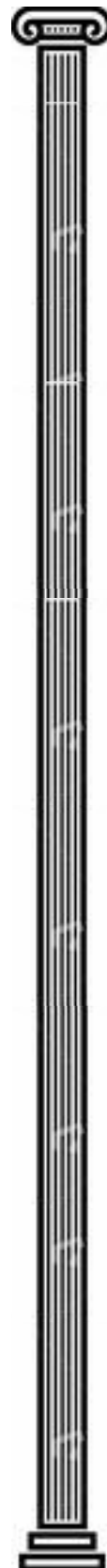
Pensar a história imperial (1822-1889 ou 1808-1889) é advogar as causas econômica, política, cultural e religiosa que marcam as várias faces do período.

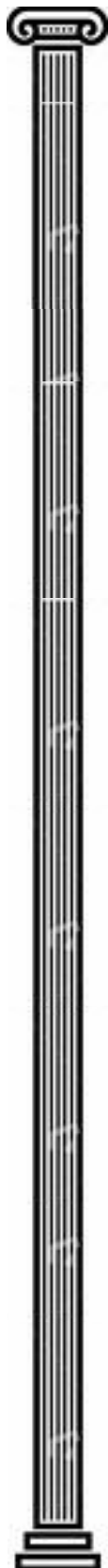
Foi com a independência do Brasil que, em 1824, D. Pedro I contraiu o primeiro empréstimo, que ficou conhecido como empréstimo português, e desencadeou os muitos que vêm a partir da República.

É nesse período que surgiram intensos debates sobre a instrução elementar para as camadas inferiores da sociedade, negros (libertos ou escravos), índios e mulheres. Com a lei de 1827, normatizou-se a instrução pública e com o Ato Adicional de 1834, devido à descentralização político-administrativa, impediu a intervenção do Estado na instrução primária. Porém, neste mesmo período é que se discute qual o método ideal para instruir e educar as classes inferiores, ou seja, o método mútuo ou o método intuitivo. Optou-se pelo método intuitivo que permanecerá até os anos 30 do século XX.

Foi no século XIX, que a cidade do Rio de Janeiro teve sua população aumentada, o que obrigou o governo a higienizar a cidade. A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, fundada em 1829, era um órgão de sustentação do governo nas questões de saúde pública e em 1832 a Academia Imperial de Medicina, com seus médicos higienistas, funcionava como órgão de combate aos problemas de insalubridade que geravam as epidemias.

É no período imperial que surgem as diferentes





formas de sociabilidade e compadrio que faziam com que a população pobre dos grandes centros urbanos se amontoassem em moradias precárias, insalubres. Devido aos salários insuficientes essa população era obrigada a acomodar famílias inteiras e mesmo desconhecidos em cortiços para poder honrar os alugueres, muitas vezes elevadíssimos, para o período, o que levou muitas mulheres pobres, analfabetas a exercerem diferentes atividades, muitas vezes atribuídas ao sexo masculino, a serem responsáveis pela manutenção dos fogos e que só deixaram suas histórias de vida registrada quando se envolveram em processos judiciais. Importante ressaltar que essas mulheres viviam em concubinação pelo alto custo das despesas matrimoniais.

Foi essa mesma população que, quando imposta pelo governo uma padronização dos pesos e medidas, foi para as ruas na chamada Revolta do Quilo, um movimento que teve início em 1874 na Paraíba, que se alastrou para mais três estados do Nordeste. E no final de 1879, na cidade do Rio de Janeiro, a população foi às ruas exigir a diminuição da taxa cobrada nos transportes de público. A Revolta do Vintém foi um movimento dos setores médio e baixos da população que utilizavam os bondes como meio de transporte, que nesse momento sentiram no bolso os reflexos da nova medida orçamentária imposta pelo governo que tentou amenizar uma recessão econômica desde 1877.

Ao lado dessas revoltas também as festas religiosas levavam concentração de multidões a dançar e expressar seu direito a diversão, o que levou a muitos debates nas Assembleias provinciais, sobre as formas de repressão daqueles que exigiam visibilidade. É nesse período que o estado divide as suas atribuições com a igreja: nos nascimentos (batizado), casamento, óbito e o zelo pelos cemitérios, o que só será rompido com a República, e não aceito pelas chamadas camadas inferiores da população, o

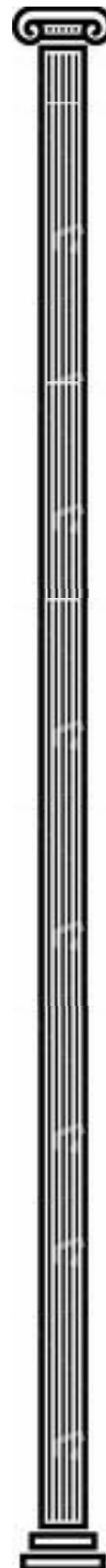


que pode ser percebido pela documentação produzida pelo poder judiciário. Não se pode esquecer que é nesse período que nascem as leis judiciárias brasileira que permaneceram até a década de 40 do século XX.

Estas observações aqui apontadas visam trazer uma complementação ao trabalho do autor visto que sua leitura teve um direcionamento bastante específico, o que não lhe tira o mérito mas dificulta aos alunos do curso a distância uma visão mais ampla do período.

Parabenizo o autor e desejo que contribua significativamente para a divulgação da História e muito mais para fazer um grande número de pessoas apreciadores da História do Brasil.

Prof<sup>ta</sup>. Dr<sup>a</sup> Terezinha Saldanha  
Guarapuava, 24 de abril de 2011





## INTRODUÇÃO

Não parece fácil determinar a época em que os habitantes da América lusitana, dispersos pela distância, pela dificuldade de comunicação, pela mútua ignorância, pela diversidade, não raro, de interesses locais, começam a sentir-se unidos por vínculos mais fortes do que todos os contrastes ou indiferenças que os separam, e a querer associar esse sentimento ao desejo de emancipação política. No Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas.

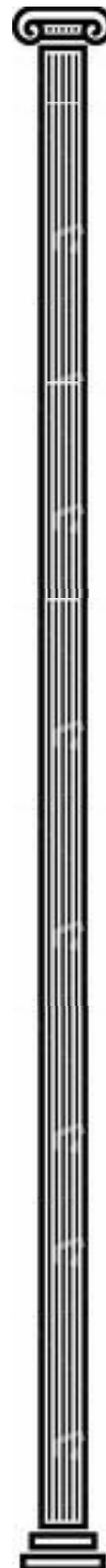
Sérgio Buarque de Holanda

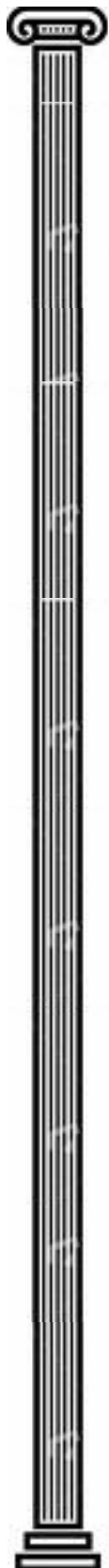
Escrito há mais de três décadas, o trecho acima, de autoria de Sérgio Buarque de Holanda, abria o primeiro volume da coleção *História Geral da Civilização Brasileira* HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) O Brasil Monárquico: o processo de emancipação. Rio de Janeiro: Difel, 1976, p.9. dedicado ao Brasil monárquico, com o volume inicial focado no processo de emancipação. Passado esse tempo e realizadas outras pesquisas e coletâneas de estudos que discutem o Brasil imperial em diversas dimensões teórico-metodológicas, ainda se mostra desafiadora a proposta historiográfica de demarcar e delimitar o início do processo que culminou com a emancipação do Brasil colonial.<sup>2</sup>

Podemos considerar que traçar uma visão de conjunto do Império, a partir de temas como sociedade, economia, cultura e política, exige escolhas. No livro que o leitor tem em mãos, o delineamento do que se considera historiograficamente com o Brasil Império ou Brasil Monárquico – desde seu surgimento até sua derrocada – se

<sup>1</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *O Brasil Monárquico: o processo de emancipação*. Rio de Janeiro: Difel, 1976, p.9.

<sup>2</sup>Para uma discussão sobre a bibliografia recente sobre o processo de emancipação, ver OLIVEIRA, Cecília Helena de. Repercussões da revolução: delineamento do Império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial, volume I: 1808/1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.15-54.





deu através de escolhas que privilegiaram o contexto político, ancorado nos textos do que poderíamos chamar de um revisionismo do político do Brasil Imperial.

Outro caminho historiográfico possível é o da História Cultural, que tem seu maior foco nas pesquisas sobre o cotidiano e a cultura popular dos brasileiros do século XIX. Essa perspectiva pode ser verificada pelo leitor através da bibliografia recente produzida sobre a história da vida privada no Brasil, que teve, até certo ponto, inspiração nos trabalhos clássicos de Gilberto Freyre produzidos entre as décadas de 1930 e 1960.<sup>3</sup>

A historiografia política brasileira sobre o oitocentos, nos últimos vinte anos, vem atraindo mais pesquisadores interessados em revisitar temas tradicionais de estudo sobre o Império, utilizando novas fontes e novas perspectivas teórico-metodológicas e chegando a novas considerações, que muitas vezes destoam de pilhas de livros considerados clássicos sobre seus temas. Como observa José Murilo de Carvalho, “[...]temas clássicos, como escravidão, nação, Estado, Igreja, Guerra do Paraguai, são tratados de maneira inovadora graças à exploração de novas fontes de dados ou ao uso de novas perspectivas de análise.”<sup>4</sup> Junto aos novos temas, surgiram novas questões, tais como a política indigenista e a ecologia no século XIX.

Em meio a esse estado das pesquisas, a seleção dos estudos que são apresentados e discutidos nesse curto livro teve que optar por algumas linhas, sem que se considere o que ficou de fora (e muitas temáticas foram deixadas de lado) como assuntos menos importantes ou irrelevantes. O

<sup>3</sup> Para a leitura das obras freyrianas, ver, nesse sentido, principalmente FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global, 2006; e FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2006. Para a historiografia cultural mais recente sobre o oitocentos, ver principalmente ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil*. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de. Apresentação. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial, volume I: 1808/1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.10.

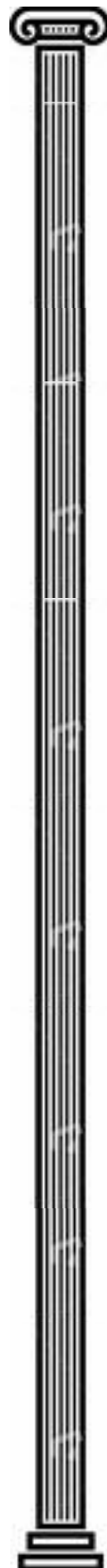
processo de pesquisa bibliográfica e com fontes – realizado pelo historiador – também é um processo de escolhas. Seguindo o caminho da revisão da história política do século XIX, com pequenas incursões pela história cultural da escravidão e dos costumes da Corte, o texto foi dividido em três seções.

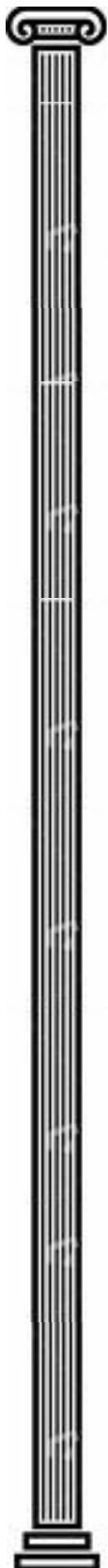
Na primeira parte, você encontrará uma pequena discussão sobre as consequências da vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, passando pelo processo da independência e do primeiro reinado. Com as comemorações dos duzentos anos da vinda da família real em 2008, o evento voltou à tona, através de obras produzidas por jornalistas e historiadores. Com uma visão que tenta abranger a interligação entre o vice-reino do Brasil e a metrópole Portugal, se tentou apresentar o delineamento da independência e da influência da Corte na cidade do Rio de Janeiro, articulada como centro do poder político no império luso-brasileiro.

A segunda parte do texto apresenta algumas análises a respeito das lutas políticas e das revoltas populares que marcaram a Regência política e o início do Segundo Reinado. Em 1822, o Brasil contava com “[...] 1 milhão e 347 mil brancos e 3 milhões e 993 mil negros e mestiços entre escravos e livres.”<sup>5</sup> Em meio a essa heterogeneidade de sujeitos, e de estatutos de participação na sociedade, as revoltas com fundo político e social serviram para delinear as primeiras formas de reivindicação maciça por direitos no Império, além de alterar o peso dos grupos políticos no contexto do incremento das exportações de café.

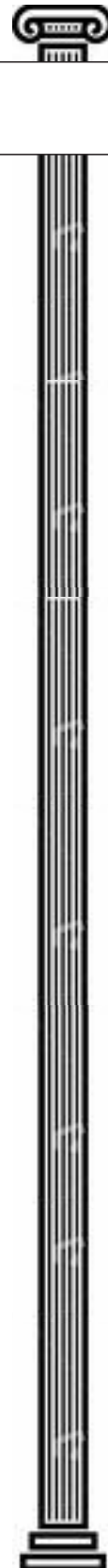
Por fim, o terceiro capítulo apresenta algumas considerações a respeito do Segundo Reinado, centrando as observações na elite cafeeira e na discussão sobre a mão de obra cativa e imigrante. O movimento abolicionista e republicano, em última análise, termina por apontar a

5 COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p.19.





derrocada do império e os rumos ideológicos e políticos da república, numa sociedade cada vez mais complexa e ocupada por múltiplos atores sociais.



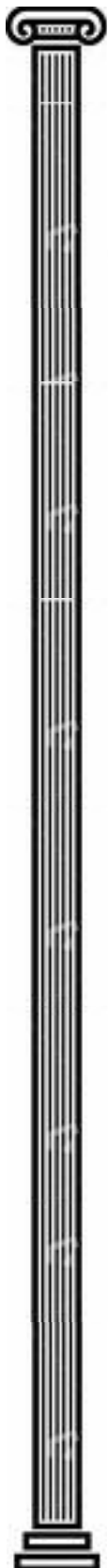
## Da corte no Brasil à corte do Brasil

### 1.1 Europa e América do Sul no início do século XIX

Ao adentrar o século XIX, a Europa vivia ainda as luzes e as sombras produzidas pela Revolução Francesa de 1789. Napoleão, apesar de se coroar Imperador, desfez dinastias e implantou nos territórios conquistados os valores da Revolução. A política, em seu sentido moderno, começava a se delinear baseada no indivíduo e na secularização das instituições. Até o século XVIII, a maioria da população do velho mundo vivia regida por valores tradicionais do pensamento religioso e a base de suas identidades partia das famílias e das corporações, ou seja, da fé que professavam e do estrato social em que tinham nascido.

A razão surgida da Revolução brotava, paradoxalmente, somente naquelas regiões em que a religiosidade interiorizada pela Reforma Protestante e pela Contra-Reforma católica do século XVI tinham se enraizado. Os indivíduos desviavam seus olhares do céu para a terra, e defendiam as luzes da razão e do conhecimento como elemento indispensável na construção social do Estado, este em substituição à idéia de Coroa. A alfabetização e a escrita se proliferaram, e as grandes capitais se tornavam cada vez mais populosas. Criava-se a opinião pública, na qual se exprimia o repúdio ou a aprovação das ações políticas, cada vez mais alteradas pelo impacto de tais julgamentos à medida que a participação política da população aumentava no decorrer do século.

Censura e coerções físicas já não bastavam aos poderes constituídos: tornava-se necessária a aprovação, e não era a divina. As coroas que restaram tiveram que se



acostumar à idéia de contrato social no espaço público. À secularização também seguiria a possibilidade de coexistência entre diferentes visões de mundo. Os processos que marcaram o século XVIII: a Revolução Francesa, o avanço da Revolução Industrial inglesa e a Independência dos Estados Unidos abalaram os alicerces do Antigo Regime, e Napoleão Bonaparte se movia como uma tormenta por sobre as coroas e suas nobres cabeças na Europa do século XIX. Liberdade pessoal, de consciência e de trabalho, Estado laicizado e igualdade perante a lei se contrabalançavam ao radicalismo democrático dos jacobinos de 1793-1794, mantendo a propriedade privada como direito natural, absoluto e individual. Enfim, criavam-se as condições para o triunfo da mentalidade burguesa, que se mostraria cada vez mais forte nas décadas seguintes, principalmente após o Congresso de Viena, realizado em 1815.<sup>6</sup>

Em algumas regiões, entretanto, essas idéias só conseguiriam entrar pela transversal e a Península Ibérica pode ser enquadrada nessa categoria de influência da Ilustração. Entre os setores improdutivos e a nobreza parasitária que se assombrava com o restante da Europa, Portugal se mantivera com seu governo aristocrático e clerical, numa estrutura social bastante rígida que só iria se desgastar ao longo do século XIX. A própria difusão das Luzes, iniciada em Portugal pelo marquês de Pombal (1750-1770), partiu da própria aristocracia dirigente. Urgia modernizar o Reino lusitano, sem alterar os valores fundamentais do Antigo Regime.

Embora a estrutura agrária de Espanha e Portugal se assemelhasse bastante, nos vínculos internacionais - comerciais e dinásticos -, esses reinos ibéricos rivalizavam-se. Enquanto Portugal tinha na Inglaterra uma antiga e

<sup>6</sup> Para uma visão geral do quadro político e econômico europeu na década de 1780 e os desdobramentos das Revoluções Francesa e Industrial na Europa da primeira metade do século XIX, ver HOBBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.



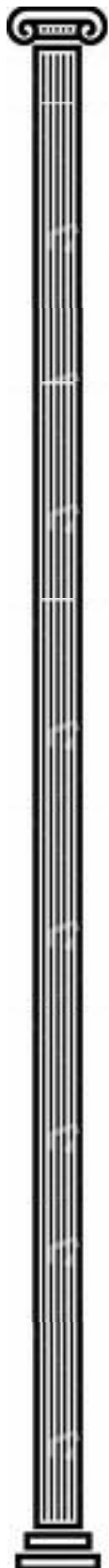
poderosa aliada, A Espanha, até mesmo pela proximidade geográfica e pela rivalidade fronteiriça com Portugal, tendia a se aliar à França. A maior proximidade com os franceses favoreceu o ingresso das idéias iluministas. Mesmo assim, a Revolução Liberal espanhola que se desdobrou entre 1808 e 1810 é pensada como fruto maior da crise monárquica causada pela abdicação do pai e do príncipe espanhol frente ao irmão do Imperador Bonaparte, José Bonaparte, após a invasão pelas tropas francesas em 1807.

Essa nova situação teria empurrado os interesses da elite liberal espanhola para a possibilidade de reformas à monarquia, sem necessitar o desligamento do sentimento popular de fidelidade à Coroa. No entanto, a questão da representação nacional das colônias da América do Sul não se encaminhava para posições favoráveis ao exército francês que invadia a metrópole, passando a exigir maior participação nas Cortes Extraordinárias montadas por José Bonaparte. Sem o reconhecimento de igualdade de participação, e em diferentes ritmos, essa conjuntura encaminhou as colônias espanholas para a independência.

Em Portugal, os membros da elite tentavam manter a hegemonia de seus interesses dos dois lados do Atlântico evitando a criação de universidades e a proliferação da imprensa. A reforma pombalina da Universidade de Coimbra criaria certo distanciamento da mentalidade teológica dominante, sem entrar em contradição com o poder régio. Certa prosperidade econômica caracterizou o século XVIII português, embora a dependência inglesa aumentasse cada vez mais após o tratado de Methuen, de 1703. Ao fausto do ouro encontrado no interior da colônia lusitana na América, seguia-se a proto-industrialização dos setores têxteis e metalúrgicos.

O português Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e Ultramar entre 1796 e 1803, partidário de idéias iluministas e muito influente entre as elites





intelectuais lusitana e brasileira, se mostrava interessado em reformas no império Marítimo Português. A ele, era importante reduzir a insatisfação da população colonial com os impostos metropolitanos, haja vista a influência das revoluções francesa e norte-americana sobre o Brasil. No pensamento do burocrata lusitano, a concepção da formação das nações no século XIX só perderia força com a melhoria das condições na colônia. A sobrevivência econômica e política de Portugal dependeriam da manutenção do Brasil junto ao Império.

No plano internacional, a situação portuguesa se mostrava cada vez mais ameaçada nos primeiros anos do oitocentos. Às pretensões expansionistas espanholas se somavam as exigências francesas do Bloqueio Continental de 1806 às embarcações britânicas. O tratado de Fontainebleau, assinado entre França e Espanha em outubro de 1807, colocou a Corte portuguesa em xeque. Aos espanhóis se atribuía a função de ocupação de parte do território português juntamente com as tropas francesas. Sem se opor ao exército de Napoleão, em novembro de 1807 a Corte portuguesa batia em retirada rumo ao Brasil.

O plano já estava preparado há algum tempo, e contava com o apoio inglês para a preparação e resguardo das embarcações que conduziram D. Maria I, considerada louca, e o príncipe regente D. João ao Brasil. Por um lado, a Inglaterra tinha uma simbólica vitória contra Napoleão. Pelo mar lusitano, 15 mil pessoas rumaram à América lusitana em 36 embarcações abarrotadas de arquivos e objetos da Corte. Enquanto durasse a crise política européia, o Brasil se manteria como sede da Monarquia Portuguesa: as consequências desse processo teriam longo alcance para os dois lados do Atlântico.

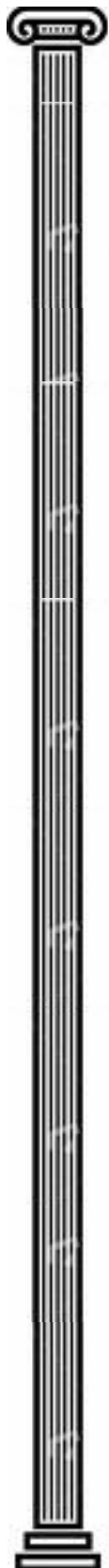
## 1.2 A chegada da Corte ao Brasil

Em março de 1808, parte das embarcações que deixaram Portugal, já à vista das tropas francesas, chegavam à Bahia de Guanabara, no Rio de Janeiro. O primeiro monarca a pisar no Mundo Novo, envolvido em novos tratados comerciais e acompanhado por um grande séquito de nobres dependentes, causa uma profunda transformação nas engrenagens que moviam o mundo luso-brasileiro.

Principal porto do Brasil, o Rio de Janeiro se transforma com a intensa atividade comercial que se iniciava com a chegada da Corte. Integrado ao norte com o litoral nordestino, por onde escoava ainda certa produção de açúcar, algodão e tabaco e ao sul até a região do Prata, englobando também as colônias espanholas do extremo sul, de onde chegava o charque para a escravaria crescente, a cidade assumia a posição de capital do Império português. Ainda assim, os traços de uma colônia com fraca estrutura se mostravam muito fortes nos primeiros anos do governo do ainda príncipe regente D. João. Com cerca de sessenta mil habitantes, contabilizando quase a metade desse total de escravos, faltavam serviços públicos e espaços para acomodar a estrutura de governo e a grande massa de nobres recém-chegados.

Condes e fidalgos brasileiros cediam seus palácios particulares em troca de benefícios comerciais para a instalação da Corte como sede do governo. Também seriam ocupados os prédios da Câmara e Cadeia do Rio de Janeiro, assim como um convento da ordem dos frades Carmelitas. Residência real e sede do governo se confundiram. Aos demais nobres cabia o uso dos costumes do Antigo Regime, requisitando quaisquer casas no entorno na Corte para suas residências, ainda que estivessem habitadas e não houvesse outro lugar para o proprietário se mudar. As iniciais P.R. passariam de Príncipe Real a Ponha-se na rua na





interpretação dos moradores despejados.

Novos subúrbios surgiram, agregando artesãos e pequenos funcionários régios. A saúde pública, mais por preocupação com a saúde da nobreza do que com a população carioca, visa, a partir de então, os escravos e pobres em geral da capital. À Intendência Geral de Polícia, criada ainda em 1808, caberia policiar o centro urbano. A almejada civilização dos vadios e a ordem civil em meio aos espetáculos públicos e festas populares passaram a ser consideradas metas da polícia. Também caberiam funções políticas à Intendência, destinada a evitar que adentrasse na Corte qualquer categoria de espões franceses. O também recém-criado Conselho Supremo Militar se encarregaria da ratificação das fronteiras. Planos de povoamento e ocupação de regiões nevrálgicas para os interesses fronteiriços lusitanos começaram a ser colocados em prática.<sup>7</sup> A intervenção militar na região Cisplatina nos anos que se seguiram, na região que passava por seu processo de independência da Espanha, localizada logo abaixo da capitania de São Pedro, atual Estado do Rio Grande do Sul, procurou emprestar maior peso à declaração de guerra à França e às idéias revolucionárias que se espalhavam. Ao mesmo tempo a Coroa portuguesa, agora luso-brasileira, tentava impedir o surgimento de Repúblicas próximas ao sul do território brasileiro, com temores de que as idéias francesas perpassassem as fronteiras. A indefinição e os conflitos na região chegariam até a década de 1860, com uma constante influência inglesa.<sup>8</sup>

Os Tribunais da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens dispensariam, respectivamente, a

<sup>7</sup> Para um aprofundamento sobre a questão da ocupação da fronteira oeste da Capitania e depois Província de São Paulo, e a conseqüente articulação de populações consideradas incômodas em São Paulo nesse processo iniciado em 1808, ver o primeiro capítulo de nosso trabalho: PONTAROLO, Fabio. *Homens de Ínfima Plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

<sup>8</sup> Para um panorama historiográfico a respeito da questão platina e o Brasil, ver IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial, volume II: 1831/1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.385-424.

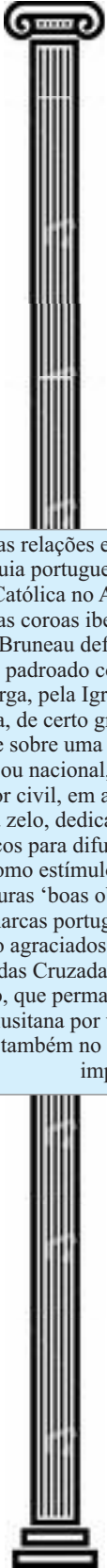
justiça do Príncipe Regente e a organização religiosa. A Mesa do Desembargo do paço recebeu o apoio jurídico do Tribunal do Rio de Janeiro, transformado em um órgão com dimensões coloniais, a Casa de Suplicação do Brasil. A cadeia do Aljube fechava o circuito da Justiça estabelecida na Corte.

No caso da Mesa Consciência e Ordens, o reforço na cobrança dos importantes dízimos da Igreja sob o território da colônia, reforçou o padroado presente desde o século XVI. De todas as formas, ficou reforçada a fé cristã e católica como única religião com permissão para a construção de templos no Brasil. A tolerância religiosa, típica da nova mentalidade iluminista, permaneceu restrita à liberdade de culto privado, sendo proibidas reuniões de fiéis de outros credos, mesmo cristãos. E essa permissão só se efetivou pela pressão inglesa após a abertura dos portos às nações amigas ainda em 1808, em função da grande presença de negociantes ingleses instalados no Rio de Janeiro.

Se no campo religioso os valores do Antigo Regime e o privilégio da Igreja católica se mantinham, no campo econômico, grandes mudanças se instalaram junto com a Corte. Com a abertura dos Portos em 1808, quaisquer embarcações de nações amigas (excetuando-se nesse momento França e Espanha) podiam descarregar suas mercadorias com um pagamento de impostos taxados em 24% sobre o valor da carga.

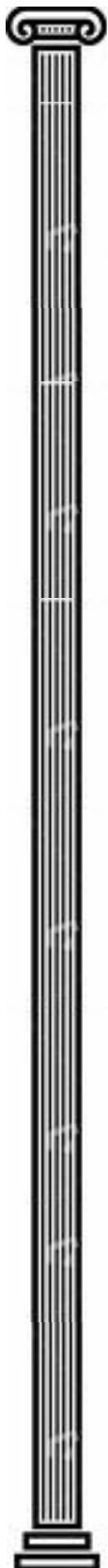
A competição, inicialmente equilibrada alfandegariamente, tenderia fortemente para os ingleses a partir de 1810, com o tratado de Aliança e Amizade, que reduziu os impostos cobrados sobre os produtos britânicos para 15%, em troca do auxílio na recuperação portuguesa dos territórios perdidos na guerra européia. Outras

<sup>9</sup> BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974. p.31.



Sobre as relações entre a monarquia portuguesa e a Igreja Católica no Antigo Regime das coroas ibéricas, Thomas Bruneau definiu o direito de padroado como a “[...] outorga, pela Igreja de Roma, de certo grau de controle sobre uma Igreja local, ou nacional, a um administrador civil, em apreço de seu zelo, dedicação e esforços para difundir a religião, e como estímulo para futuras ‘boas obras’”<sup>9</sup>

Os monarcas portugueses haviam sido agraciados ainda no tempo das Cruzadas com esse benefício, que permaneceu sob a Coroa lusitana por vários séculos, e também no Brasil imperial.



prerrogativas beneficiaram os ingleses em solo brasileiro, tal como a elevação do porto de Santa Catarina a porto franco aos ingleses, favorecendo muito a relação comercial britânica com a região do Prata, no extremo sul, principalmente com os argentinos.

Em outros setores da economia, as características básicas do sistema colonial foram cedendo espaço às necessidades da Corte. A liberação régia de 1808 para exercício de atividades industriais, como a fabricação de tecidos e a siderurgia aumentavam a autonomia econômica da colônia. Com a criação do Banco do Brasil nesse mesmo ano, a questão cambial também aumentava essa autonomia. Com essa situação, a posição da metrópole na Europa, próxima de Napoleão e afastada cada vez mais da Coroa, via-se reduzida cada vez mais frente à colônia na América. Os descontentamentos explodiriam uma década mais tarde, na Revolução Liberal do Porto, em 1820.

### **1.3 Sociedade, cultura e educação no Brasil joanino**

Com a chegada da família real, uma série de comemorações e costumes da Corte passaram a fazer parte do cotidiano da capital, o Rio de Janeiro. Batizados e comemorações reais marcaram a vida social dos moradores envolvidos com a presença dos soberanos portugueses e das honrarias que a sociedade de Corte lhes prestava. Luminárias, fogos de artifício, procissões religiosas: rituais simbólicos que reforçavam o domínio político da família real sobre a população.<sup>10</sup>

O ponto irradiador de toda a vida social se desenrolava no Paço, onde se realizavam as cerimônias oficiais constantes do calendário religioso e Real. Atos públicos de gala marcavam a vida cortesã, indo desde a revista às tropas até os jantares luxuosos, causando fascínio

<sup>10</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

sobre a população em geral, frequentadora ou espectadora de todas essas formas de encenação e reforço do poder. A influência dessas formas de poder marcou todo o século XIX. Vale lembrar que a alta nobreza lusitana permaneceu em Portugal, cuidando de seus negócios. Nos trópicos, sob o manto do Imperador, se mantinha uma nobreza falida ou decadente, que acompanhara a família real para tirar proveito da nova situação.

Com criados e moradias mantidos pela Corte, esses nobres fizeram surgir novas atividades desconhecidas até então no Rio de Janeiro. De camareiras a médicos e cirurgiões, portugueses e estrangeiros com algum ofício desembarcavam na nova sede do poder para servir à sociedade de Corte. Nos paradoxos do iluminismo da Corte portuguesa, também se abriu espaço para a chegada de naturalistas e artistas, principalmente após a derrota francesa em 1815 e a aceitação de franceses nos portos brasileiros. O mito da exuberante natureza brasileira ganhava forças.

Da estrutura social do Antigo Regime português também saíram grandes comerciantes, que mesmo não pertencendo à nobreza por nascimento, adquiriram os símbolos de *status* através da adoção dos modos de vida da nobreza. Próximos da coroa, alguns desses comerciantes conseguiram vislumbrar a possibilidade de ascensão social com o crescimento das importações e do tráfico de escravos. Estabelecidos no Brasil desde fins do século XVIII, passaram a abastecer a Corte com produtos e mão de obra europeia e africana, além de intermediarem o comércio de gado e produtos oriundos do sul e do norte do Brasil. Esse foi um dos pontos demonstrados por João Luís Fragoso, com uma série de estudos de caso de famílias de comerciantes em ascensão na Corte nas primeiras décadas do oitocentos.<sup>11</sup>

<sup>11</sup>FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.





Ao fomentar modificações comerciais na colônia, a Corte alterava decisivamente os modos de vida no Brasil: roupas, casas, móveis e comportamentos se alteravam. O príncipe regente D. João iniciava seus dias com a cerimônia do beija-mão, quando a população pleiteava providências sobre assuntos diversos. Depois assinava provisões, anistiava certos crimes, fazia promoções de oficiais militares.

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, a proliferação de eventos como jantares, bailes e reuniões sociais na Corte passavam a propagar as formas de sociabilidade européias e a ostentação do *status* adquirido com a vinda da Corte em meio aos círculos de convidados.<sup>12</sup> Embora o clima pouco se parecesse com o europeu (era comum o calor insuportável e nuvens de mosquitos atacando os convidados nas varandas das casas em noites festivas), o luxo penetrou na cidade. Uma forma de se perceber isso é analisando os anúncios da imprensa, que também fora autorizada e se multiplicava na capital da Corte.

Produtos franceses de luxo, de roupas a vinhos, cobriam páginas inteiras de anúncios na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Junto com os anúncios, vinham os endereços de modistas, cabeleireiros e alfaiates franceses e ingleses, preparados para atender as damas e cavalheiros do Rio. Passados os primeiros anos da chegada da Corte, com a paz restaurada na Europa, o atributo da nacionalidade francesa passou a ser considerado um tipo de propaganda agregadora de clientela nos jornais da cidade.

Entretanto, enquanto as elites mimetizavam os costumes trazidos do velho mundo, as classes populares de uma cidade com a maior população escrava das Américas mantinham os velhos costumes como suas culturas

<sup>12</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil* (na época de D. Maria I e D. João VI). Lisboa: Estampa, 1993.



características. As folias, o carnaval e as tradições afro-brasileiras continuavam a assustar as elites. Os festejos organizados pela Corte não surtiram o efeito pedagógico de alteração dos costumes populares.

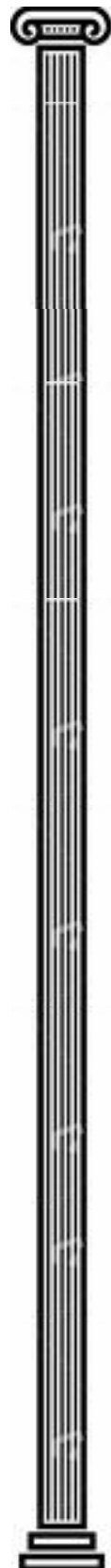
Nas capitanias mais distantes, transformadas em províncias com a elevação do Brasil à vice-reino do Império português, em 1815, denominado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pouco chegava da modernidade da Corte. Embora fascinados com a chegada da Corte, muitos membros da elite das províncias ainda se sentiam como um corpo estranho à Corte. A tensão entre a aproximação e o afastamento das províncias com relação ao Rei marcou todo o século XIX.<sup>13</sup>

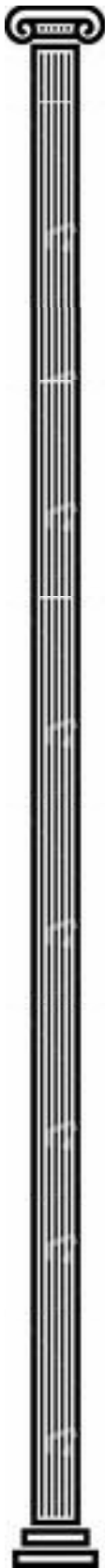
De acordo com Laura de Mello e Souza, as mudanças trazidas pela família real não foram suficientes para a criação de uma homogeneidade efetiva entre as elites centrais e regionais, e muito menos entre as populações rurais. A própria ideia de modernização e ilustração surtia pouco efeito frente à necessidade da mão de obra escrava para toda espécie de trabalho em todas as regiões do Brasil. Aos poucos, com o aumento gradual da produção cafeeira, os anúncios de compra, venda e busca de escravos na Gazeta do Rio de Janeiro se tornaram muito mais numerosos.<sup>14</sup>

O primeiro 13 de maio foi o da criação da Imprensa Régia, em 1808. Por mais 80 anos, a modernidade em sentido pleno, ao menos no que tange à liberdade, não passaria de letra no papel. Junto com a Imprensa Régia, foi instaurada a censura aos livros que chegavam para comercialização. A Mesa do Desembargo do Paço examinava os livros. Inicialmente, o maior temor era o da proliferação das ideias francesas. De qualquer forma, as brechas do sistema permitiam a entrada de toda obra

<sup>13</sup> Cf. SOUZA, Lara Lis Carvalho. *A Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.19.

<sup>14</sup> SOUZA, Laura de Mello e. "Conclusão" In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.439-445.





encomendada, ainda que calçada por altos preços.

A Biblioteca Nacional, criada a partir de um acervo de 60 mil obras trazidas pela Corte, teve acesso franqueado ao público geral em 1810. Com mais de 90% da população analfabeta, a primeira biblioteca do Novo Mundo constituía modernidade para inglês ver. Na colônia, após a expulsão dos jesuítas em 1759 a escassa educação ficava restrita aos seminários diocesanos entre algumas capitais provinciais. A elite intelectual vinha da chamada Geração de 1790, formada em Coimbra, e Portugal e França continuariam sendo os destinos dos filhos desse grupo, quando se pensava em formação intelectual. O pragmatismo lusitano, característico da formação em Coimbra, procurou incentivar a instalação de cursos voltados apenas aos conhecimentos considerados úteis ao vice-reino do Brasil. Cursos de Comércio e Agricultura, além de escolas de cirurgia, surgiram ainda na década de 1810, no Rio de Janeiro.

Com a alteração da política luso-brasileira com relação à França após a redefinição do jogo de forças entre as nações europeias a partir de 1814, aumentou a perspectiva da influência inglesa no comércio e da influência francesa nas artes e modos de sociabilidade e educação. Em certo sentido, a sociedade da Corte tendia em direção dos costumes e hábitos franceses. Uma missão artística francesa foi pensada em 1816, a fim de trazer a almejada civilização aos súditos no Brasil. Pintores, escultores e músicos se instalaram por alguns anos no Brasil. Jean-Baptiste Debret realizou pinturas, ao estilo clássico francês, referentes à várias regiões e situações vividas no Brasil. Músicos de outras nacionalidades também eram atraídos pelos convites feitos pela Princesa Leopoldina, austríaca, casada com o futuro Imperador D. Pedro I, filho de D. João VI, coroado rei em 1818.

Naturalistas, admirados com os princípios de

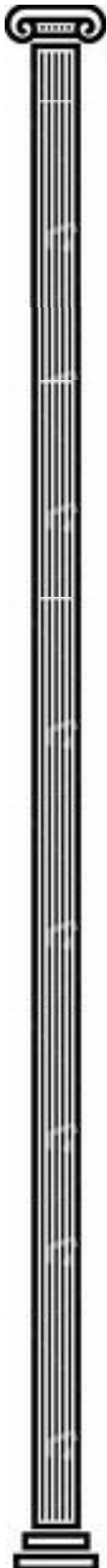
classificação da natureza desenvolvidos por Lineu no século XVIII, se interessaram pela fauna e flora pouco conhecida dos trópicos, adentrando o interior das províncias nas primeiras décadas do oitocentos. Alguns deles são estudados atualmente pela historiografia: Auguste de Saint-Hilaire (1816-1822), Carl Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix (1817-1820), entre outros. Embora admirados com a natureza encontrada, frequentemente queixavam-se nos interiores provinciais da dificuldade de encontrar profissionais que não fossem escravos para situações básicas do cotidiano, como serralheiros e ferreiros.

#### **1.4 A Corte na América, a Corte na Europa**

Em 1819, a política da Coroa portuguesa começava a sentir os impactos da paz europeia decretada pelo Congresso de Viena, de 1814. Portugal se mostrava cada vez mais descontente com as decisões de D. João VI. Sem o Imperador, a metrópole se mostrava cada vez mais distante da almejada unidade luso-brasileira. Na nova conjuntura diplomática internacional, com a reconstituição da balança dos poderes na Europa e o casamento de D. Pedro, herdeiro do trono português, com a Princesa Leopoldina, da Áustria, Portugal voltava a se vincular indiretamente à Espanha pela política dos casamentos.

A Inglaterra passava, então, a persuadir D. João a regressar à Europa, uma vez que Lisboa, sem a presença do rei, poderia se mostrar mais vulnerável à órbita comercial espanhola e francesa, fazendo com que mercadores britânicos perdessem os mercados lusitanos conquistados no período bonapartista. Para D. João VI restava a opção de se tornar um grande monarca do Novo Mundo ou retornar à condição de figura coadjuvante no cenário do poder europeu. A elevação do Brasil à condição de Reino Unido de





Portugal e Algarves em 1815 provara sua escolha pela primeira opção. As pressões inglesas e lisboetas nas mesas de negociação internacionais passaram a forçar o monarca lusitano a ceder. Ao mesmo tempo em que uma campanha popular britânica pelo fim da escravidão e do tráfico negreiro se impunha com o apoio da Coroa inglesa, altos comerciantes de Portugal reforçavam suas intenções de reformular os tratados de comércio de 1810, que retiraram o monopólio metropolitano sobre o Brasil. Para os comerciantes e elites do Brasil, mostrava-se importante lutar pela manutenção do tráfico negreiro, importante como mercadoria e como mão de obra, assim como a abertura dos portos para a negociação direta da nova produção em lenta ascensão nas primeiras décadas do século XIX: o café.

O tráfico ficou proibido, inicialmente, apenas acima da linha do Equador, o que desagradava às províncias do norte do Brasil, as quais também abrangem a atual região nordeste. As elites dessas regiões, principalmente os ilustrados de Pernambuco, passavam então ao apoio dos interesses de Lisboa, uma vez que sentiam que a nobreza adquirida no passado (pela expulsão dos holandeses no século XVII) não resultara em tratamento diferenciado pela Coroa presente no Rio de Janeiro.

Como podemos considerar, a partir dos elementos levantados por Evaldo Cabral de Mello,<sup>15</sup> esses descontentamentos levaram à eclosão da Revolta de Pernambuco, em 1817, no Recife, que aliciaria diversas províncias descontentes com a elevada cobrança dos impostos (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e o atual Alagoas), as quais também reclamavam da falta de apoio à recuperação da seca que atingira a região naquele período, além do alistamento excessivo para as guerras no Sul, na tomada da região Cisplatina.

<sup>15</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da Restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

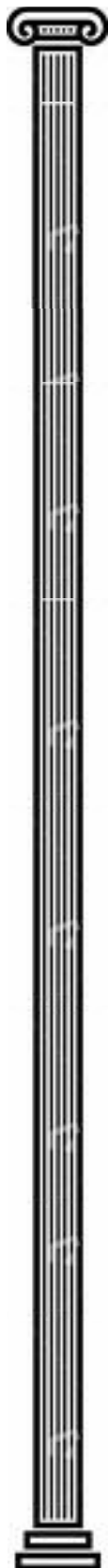
O movimento revolucionário contou com uma grande participação de livres pobres e escravos, além de um clero ilustrado, frequentador da maçonaria e educado em Olinda após as influências das reformas pombalinas do século XVIII.<sup>16</sup> Negando a monarquia no poder, buscavam a formação de um estado independente, federalista e republicano, baseado nas ideias iluministas francesas. A explosão da violência urbana por parte dos revoltosos brasileiros de 1817 – e a reação da Corte à ela – aumentaram a visão da distância política existente entre o Rio de Janeiro e as demais províncias, assim como fortaleceu o movimento pela Regeneração em Portugal, conhecido como Regeneração Vintista ou movimento do Porto, iniciado pouco tempo depois, em 1820.

O movimento Português, na tentativa de salvar o Antigo Regime em Portugal e no Brasil, embora iniciado por setores liberais, tinha por interesse a retirada lusitana da posição secundária que adquirira com a ida da Coroa à América, assim como do marasmo econômico que se seguiu à abertura dos portos brasileiros à outras nações. Cortes deliberativas foram formadas, e começaram a preparar uma Constituição que subordinasse o Imperador ao trono em Lisboa, e que reformulasse a política econômica no interior do Império.

Logo no início de 1821, as províncias brasileiras do Pará e da Bahia passaram a apoiar o movimento lusitano, afim de restaurar os laços econômicos perdidos pelas elites tradicionais do norte. Com uma participação politicamente hábil do príncipe D. Pedro, evitou-se um conflito aberto entre a Corte no Rio de Janeiro e as Cortes portuguesas. De

<sup>16</sup> Para um panorama historiográfico sobre a Igreja no século XIX, ver NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do império e a Igreja. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial, volume I: 1808/1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.377-428. A questão da participação de membros ilustrados da maçonaria no movimento da independência foi analisado por BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822*. São Paulo: Annablume, 2006.





qualquer forma, D. João regressaria à Portugal ainda naquele ano, deixando D. Pedro como príncipe regente. A opinião pública, formada a partir da imprensa que se desenvolvia e das novas formas de sociabilidade no Rio de Janeiro, criticaram duramente os partidários do Antigo Regime, chamados Corcundas pelo aspecto físico que adquiriam pelas atividades que desenvolviam.<sup>17</sup> Permanecia inabalada a unidade do Império luso-brasileiro dos dois lados do Atlântico. Em abril, dias antes da partida de D. João, o povo do Rio de Janeiro fazia sua tentativa de obrigar D. Pedro a seguir temporariamente a Constituição espanhola e criar uma Junta que funcionasse como assembleia perante a regência. Foram dispersados violentamente pelas tropas reais, numa demonstração clara dos passos do novo governo, ainda luso-brasileiro.

## 1.5 Absolutismo e Ilustração na Independência

Os amplos poderes do regente D. Pedro não o diferenciavam muito do monarca no trono do Brasil. Ao assumir a resolução de todas as questões relativas à administração pública, da Justiça à Fazenda, passando pelo poder militar e eclesiástico, D. Pedro se tornara a autoridade central no Brasil, com ligações junto às Cortes de Lisboa. Ainda em 1821, 67 deputados brasileiros eleitos nas províncias partiram para Portugal. A homogeneidade dos interesses da colônia continuava difícil, com o apoio das províncias do norte às Cortes lisboetas. Mais fortes, estas Cortes forçaram D. Pedro a jurar a Constituição portuguesa, e a demitir ministros nomeados por seu pai.

As medidas de recuperação metropolitana de Portugal, proposta no movimento Vintista, começavam a incomodar os setores econômicos brasileiros –

<sup>17</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

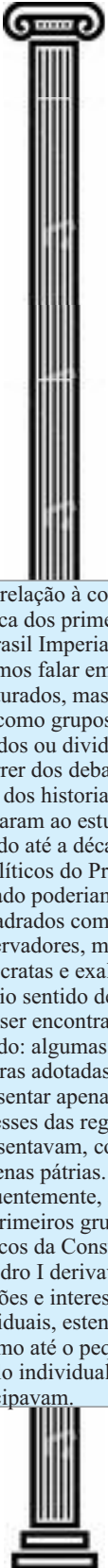
principalmente cariocas - que haviam se beneficiado com o modelo de político da Corte, implantado no Rio desde 1808. A reiteração da distinção entre a colônia e a metrópole, mesmo com a igualdade política estabelecida em 1815, o significado e as ideias do que seria a separação do Brasil começaram a se delinear a partir dos descontentamentos da elite política da capital brasileira, composta por mercadores e políticos constitucionais.

Nessa situação que se criara, a Corte de D. Pedro perdia também sua autoridade frente às províncias do norte, muito mais propensas ao reatamento do pacto colonial com Portugal em função dos fatores já levantados acima. Como se fossem pequenas pátrias situadas entre o retorno da administração portuguesa e a cobrança fiscal por parte do Rio de Janeiro, o posicionamento de diversas províncias ao norte e ao sul da Corte carioca se mantinha ou de maneira pendente à Lisboa, ou de certa forma indiferente, marginal ao curso dos acontecimentos que envolviam D. Pedro.

Em fins de 1821, as Cortes de Lisboa, com o objetivo de restabelecer de vez sua supremacia, ordenava o retorno de D. Pedro a Portugal. Influenciado pelos políticos com formação em Coimbra, que sonhavam há tempos com uma maior autonomia colonial, D. Pedro atendeu a uma representação de mais de oito mil assinaturas dos moradores do Rio de Janeiro e decidiu ficar, desobedecendo as ordens de Lisboa e de seu pai. Entretanto, 9 de janeiro de 1822, o Dia do Fico, não pode ser considerado como um passo decisivo no comprometimento do príncipe regente com a Independência. Toda uma historiografia tradicional, entre meados do século XIX e início do século XX, usou dessa interpretação para sugerir a materialização da ideia separatista, muitas vezes pensada como algo nascido ainda antes, com a Inconfidência Mineira de fins do século XVIII.

Dias depois do Fico, D. Pedro escolhia um novo ministério, retirando os corcundas favoráveis ao retorno do





Com relação à composição política dos primeiros anos do Brasil Imperial, não podemos falar em partidos estruturados, mas sim em algo como grupos de opinião, reunidos ou divididos no decorrer dos debates. Na visão dos historiadores que se dedicaram ao estudo desse período até a década de 1970, os políticos do Primeiro Reinado poderiam ser enquadrados como conservadores, moderados, democratas e exaltados. O próprio sentido de nação não pode ser encontrado nesse período: algumas vezes, as posturas adotadas tendiam a representar apenas os interesses das regiões que representavam, como pequenas pátrias. Frequentemente, as atitudes dos primeiros grupos políticos da Constituinte de D. Pedro I derivavam de posições e interesses individuais, estendendo-se no máximo até o pequeno círculo individual do qual participavam.

domínio colonial de Portugal. José Bonifácio de Andrade e Silva, brasileiro que havia passado boa parte da vida estudando em Portugal, foi escolhido como responsável pela direção do Ministério, com o objetivo de articular as províncias descontentes com a situação da sujeição ao Rio de Janeiro e ao governo de D. Pedro. Parte da geração portuguesa do Vintismo, José Bonifácio cresceu sob o domínio de ideias de unidade do Império Português, mas de uma unidade aliada à autonomia econômica das colônias. No paradoxo iluminista dos formados em Coimbra, a autonomia que daria crescimento às colônias se guiaria pela inviolabilidade do poder metropolitano, assim como pela mão de obra escrava.

A visão dos novos constitucionalistas, reunidos a partir de junho daquele ano, passou a lançar discursos que sugeriam um governo que representava todo o povo, nascendo dele. A independência parecia cada vez mais irreversível à medida que novas ordens expedidas por Lisboa eram novamente rechaçadas por D. Pedro. Na visão das Cortes portuguesas, o Regente se mostrava anti-constitucionalista. Por seu lado, no Brasil, eram as medidas das Cortes lisboetas que se mostravam despóticas e arbitrárias: seguiam pedidos de governos provinciais diretamente ligados a Portugal e o emprego exclusivo de portugueses em cargos públicos.

Quando o grito do Ipiranga foi proferido às margens do rio Ipiranga em sete de setembro de 1822, a maioria das desavenças com Portugal já estava consumada. Oficializava-se a separação política brasileira. Ainda naquele ano, com a abertura da Assembléia Constituinte com a função de criar a Constituição do Império do Brasil, D. Pedro se colocava como revisor e juiz da nova carta de leis. Expressava, dessa forma, a interessante duplicidade que marcou seu governo iniciado em 1822 até sua abdicação em 1831.



Sob o soberano ilustrado reinava a tradição despótica absolutista. Entre os Constituintes, uma parte formada pelos graduados em Coimbra, liderada por José Bonifácio, se mostrava experimentada na tradição política luso-brasileira e na nascente classe média, passam a ser chamados de Caramurus. Outra parte, os então denominados Brasileenses ou liberais, mais jovens, parecia mais propensa a centrar suas ideias nos interesses liberais em sua versão mais radical. Todavia, ambos os lados encontravam na manutenção da escravidão um dos pilares do Império do Brasil.

Os Caramurus, partidários de José Bonifácio se recusavam a subordinar o soberano completamente aos interesses de uma nação considerada muito nova e ainda por construir. Por outro lado, os Brasileenses ou liberais eram menos comprometidos com o passado e insistiam em levar a cabo o liberalismo radical, baseado no indivíduo, em que o soberano representaria o instrumento executor da vontade dos cidadãos, exprimida através da Assembléia Constituinte.

O Imperador D. Pedro, coroado D. Pedro I em dezembro de 1822, recriava a atmosfera da Corte portuguesa desde seus gestos de posse. Procurava demonstrar a origem popular de seu título através do emprego de títulos como Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, sempre nominado em suas decisões como um monarca apoiado pela graça de Deus. Sua aproximação com as dimensões lusitanas do Antigo Regime, religioso e despótico, também recorreu a práticas repressivas com a instauração de devassas e cerceando a liberdade de imprensa sempre que representasse ideais políticos avessos aos interesses de sua Coroa.

Mesmo déspota, D. Pedro não deixava de ter uma percepção da dinâmica dos novos tempos que faziam das palavras um dos instrumentos mais eficazes na construção





O sistema eleitoral proposto a partir da Constituição de 1824 previa o voto indireto dos cidadãos brasileiros, com eleições prévias em cada paróquia para a composição de um corpo eleitoral, que por sua vez elegia os deputados, senadores e demais membros do governo de cada província. O voto era censitário, excluídos os criados, escravos, menores de 25 anos, filhos moradores da casa dos pais, religiosos e quaisquer pessoas com renda abaixo de cem mil réis. Excluíam-se também estrangeiros, criminosos sentenciados, libertos e mulheres. Também era exigido professar a religião do Estado, o catolicismo. Para ser votado, era exigida uma renda anual maior, calculada em 400 mil réis. O voto dos analfabetos, por seu turno, era permitido numa sociedade com cerca de 90% de iletrados. A segregação e a exclusão social levadas a cabo pela Constituição imperial se mostram como reflexo de uma sociedade hierarquizada e escravista, que deixou cicatrizes na cultura política nacional do século XIX e do século XX adentro.

da hegemonia de um governo naquele período. Nas suas proclamações e manifestos, percebe-se uma preocupação com a opinião do cidadão brasileiro. Apelava-se para a emotividade popular, objetivando conquistar até mesmo os excluídos das discussões em questão, excluídos mesmo por se tratarem de pessoas que não se enquadravam na condição de cidadão.

Por outro lado, ao dissolver a Assembléia responsável pela confecção da primeira Constituição, em julho de 1823, D. Pedro I defendeu sua soberania nas decisões do Brasil, bem aos moldes do Antigo Regime. Ao abolir também a autonomia das Juntas provisórias eleitas pelo povo para cada província e as substituir por Presidentes de Província, nomeados pelo Imperador. Diversos grupos políticos das elites regionais do Norte do Império e de São Paulo e Minas Gerais começaram a alterar o equilíbrio de poder entre o governo central e as elites locais.

A Constituição outorgada pelo Imperador em 1824, embora apresentasse a ilustrada separação dos poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, contava também com o Poder Moderador unido ao Executivo, ao qual se reservava o direito de dissolver a Câmara e vetar eleições, nomeações e decisões governamentais de quaisquer esferas. Enfim, os interesses do Imperador não poderiam ser sobrepujados por nenhuma instância política em todo o território político brasileiro.

Na definição da nação, apesar de todas as demonstrações simbólicas de patriotismo junto à Corte de D. Pedro, faltavam harmonia e pontos comuns entre a heterogeneidade de grupos e de seus direitos. O verde e o amarelo elevados a cores nacionais não significavam a mesma coisa para as cinco regiões brasileiras, etnograficamente diferentes. A naturalização dos

<sup>18</sup> Sobre a questão da cidadania no Brasil Império, ver CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

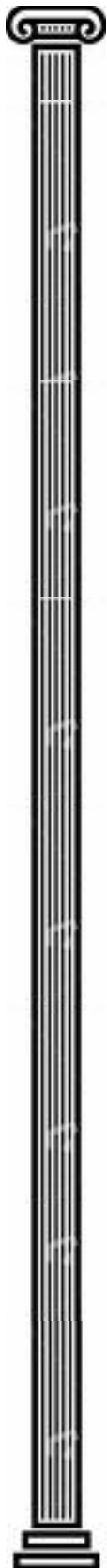
estrangeiros e o papel dos mulatos e libertos numa sociedade escravista foram pontos comuns nos debates do reinado de D. Pedro I. O que era ser branco? Ao que corresponderia ser cidadão no Império? Como o mercado de trabalho influenciava estas questões?

Ao reconhecimento diplomático da Independência por parte das nações europeias se seguiram essas discussões, principalmente nos anos de 1824 e 1825. O reconhecimento por parte de algumas províncias do próprio Império só aconteceram um ano depois do 7 de setembro, em virtude das próprias dificuldades de comunicação e da afinação política de algumas províncias mais internas ao território. Por vários meses, a província Cisplatina e as províncias do Norte, que englobavam o atual nordeste, mantinham-se fiéis e obedientes a Lisboa. Mercenários ingleses foram contratados para administrar de maneira violenta a submissão dos destoantes da Coroa de Pedro I.

Os conflitos mais importantes aconteceram na Cisplatina, no sul do Império, e no Maranhão, Pernambuco e Bahia, no norte do território. No norte, eram as tropas portuguesas ainda não retiradas que faziam do Recôncavo um campo de batalhas. No sul, o momento foi de uma nova tentativa de independência em relação ao Rio de Janeiro.

Os conflitos em Pernambuco, após 1817, continuaram em 1824 com a Confederação do Equador, envolvendo outras cinco províncias depois de ser instaurado o espírito republicano e federalista no Recife. Ao evitarem o excesso de pressões econômicas pela Corte sem receber contraparte significativa no campo político e econômico, com um sentimento ao mesmo tempo autonomista e anti-lusitano, os elementos das camadas populares que aderiram ao movimento foram trucidados pela repressão ordenada por Pedro I, com a execução de todos os seus líderes, entre eles, frei Caneca, parte do clero ilustrado já comentado acima.





Na visão de D. Pedro I, a falta de tranquilidade reinante no Império se devia à situação na província Cisplatina. A honra nacional estava em jogo, segundo o Imperador. Mesmo com maiores poderes militares, a paz só foi alcançada em 1828, após a intervenção inglesa e a assinatura de um tratado de paz que criou a República Oriental do Uruguai como Estado independente, tanto do Brasil quanto da Argentina, contra quem a província Cisplatina tinha se rebelado ainda no período joanino.

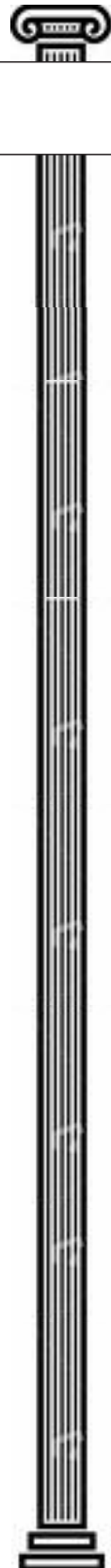
A perda da Cisplatina representou um grande abalo no prestígio de Pedro I. A fragilidade frente à Inglaterra fora notada, e o abalo causado aumentou ainda mais com a morte de D. João VI. O irmão de Pedro I, D. Miguel, executa um golpe no trono herdado por D. Pedro I, iniciando um novo governo absolutista. Vale lembrar que a Constituição portuguesa, instaurada pelo movimento do Vintismo e pela revolução do Porto, tinha limitado os poderes até então absolutos do rei, instaurando as bases do liberalismo em Portugal. Com a crise portuguesa, uma crise cambial se estendeu ao Brasil. Com a desvalorização da moeda brasileira, o descontentamento com o governo imperial cresceu. Novas tentativas de golpes em Portugal aumentavam a insegurança política e econômica.

Em 1831, incidentes nas ruas envolvendo portugueses e brasileiros e o medo instaurado pela deposição de todo o Ministério que estava no poder, aliado aos boatos de um golpe de Estado no Rio de Janeiro ganharam força. Sinais de uma identidade nacional em formação começavam a ser demonstrados. A população do Rio de Janeiro, junto ao Exército e com o Partido Liberal exigiam a manutenção do Ministério no poder. Sem o apoio militar, tão fundamental na dissolução da Assembléia em 1823, D. Pedro respondeu à crise abdicando do trono brasileiro em favor de seu filho, um menino de cinco anos, ainda naquele ano de 1831. Parte para Portugal, deixando o

Império sem seu maior símbolo de unidade. Até a maioria de D. Pedro II, o Estado brasileiro é administrado por uma junta de regentes, retirados da Assembleia Constituinte, novamente instaurada e em funcionamento desde 1826. Junto ao novo governo, uma nova fase da formação do Brasil se instaura.







### Entre regências e revoltas

#### 2.1 O poder em crise: as Regências

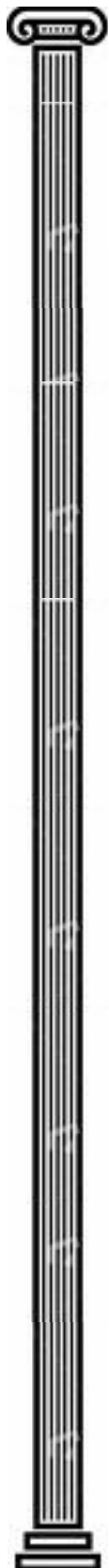
Com a saída de D. Pedro I, inicia-se uma fase política no Brasil que ficou conhecida pela historiografia nacional como o período regencial, abarcando os nove anos entre 1831 e 1840, ano do golpe da Maioridade e da ascensão de D. Pedro II ao trono. Filho de D. Pedro I, o menino tinha apenas cinco anos quando o pai abdicou ao trono. De acordo com Marcelo Basile, “Fase mais conturbada da história do Brasil, o período regencial é tradicionalmente visto sob perspectiva negativa, que o caracteriza como época anárquica e anômala, com empecilho à formação e à preservação da nação brasileira.”<sup>19</sup>

A construção dessa imagem partiu principalmente dos historiadores e políticos conservadores que assumiram o poder na sequência, no governo de D. Pedro II. Interpretações mais positivas também eram apresentadas ainda no século XIX, principalmente por parte dos políticos e historiadores mais exaltados com a idéia de república. De todo modo, foi a versão mais pessimista que deixou marcas mais profundas na historiografia da Regência ao menos até a década de 1970. Com o aumento dos cursos de pós-graduação no Brasil e o conseqüente novo encaminhamento metodológico no trato de questões como a imprensa e o ordenamento político do período 1831-1840, novas interpretações começaram a surgir.<sup>20</sup>

Um dos trabalhos mais importantes nesse sentido é o de Miriam Dolhnikoff, que discute baseada em extensa

<sup>19</sup>BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial, volume II: 1831/1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.55.

<sup>20</sup>Idem, p.58.



pesquisa documental a consolidação e a vitória do projeto federalista e do pacto entre a maior autonomia das elites provinciais e a manutenção da hegemonia do poder central, rompendo com a oposição tradicional entre centralidade e descentralização do poder imperial.<sup>21</sup> Alguns pontos desse estudo serão levantados no decorrer desse capítulo.

O período iniciado com a abdicação de D. Pedro I foi marcado por agitações políticas em diversos níveis. Os liberais, apoiadores da saída do Imperador estavam agora divididos em moderados e exaltados, divergindo sobre os rumos políticos a serem tomados. Os moderados pretendiam a centralização do poder político na Corte, e os exaltados falavam em federalismo, em descentralização do poder pelas províncias. Os Caramurus passaram a ser chamados de restauradores, e defendiam uma nova aproximação com Portugal. A unidade territorial estava ameaçada por lutas que tiveram como principal característica a participação de camadas populares.

Livres empobrecidos e sem grandes posses, assim como escravos com laços com as camadas de livres libertos se revoltaram contra as elites agrárias e comerciais das províncias, com os principais focos no norte e nordeste do país. Exigindo melhores condições de vida – necessidades básicas para o exercício da cidadania, que lhes era negada -, transformaram disputas entre as elites locais em revoltas com motivações políticas e sociais e foram reprimidos com violência. Essa repressão também marcou o reinado de D. Pedro II a partir de 1840, embora seu governo tenha apresentado poucos movimentos reivindicatórios antes da década de 1870, se levada em comparação a movimentada década de 1830.

A situação econômica do período colonial começava a ser alterada com a expansão da economia cafeeira pelo

<sup>21</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.



interior da província do Rio de Janeiro e principalmente no vale do rio Paraíba, no interior paulista, que faria da província de São Paulo a mais rica região do Império. Em 1828, o Brasil já se tornara o maior produtor mundial da bebida mais consumida nos países em plena revolução industrial. Já na década de 1830, as exportações de café superaram o que o país enviava até então de açúcar ao mercado mundial.<sup>22</sup> Com a integração do mercado do café ao mercado da mão de obra escrava, cujo centro de negócios se localizava nos portos do Rio de Janeiro, de Salvador e de Santos, a unidade política do Império se manteria, alicerçada no latifúndio, no escravismo e na monocultura.

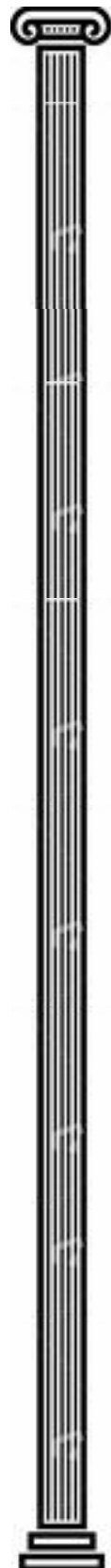
Assim, paradoxalmente, o liberalismo também assinala o período. O setor mais avançado economicamente, e também o mais escravista, marcou os passos da política brasileira. Também se tratava de um liberalismo avesso à efetiva participação popular na política. O historiador Rafael Marquese apresenta as elites paulistas e cariocas ligadas à dinâmica capitalista da produção cafeeira, adaptando-se aos ditames de funcionamento e ao volume de produção requerido pelo mercado consumidor capitalista europeu.<sup>23</sup>

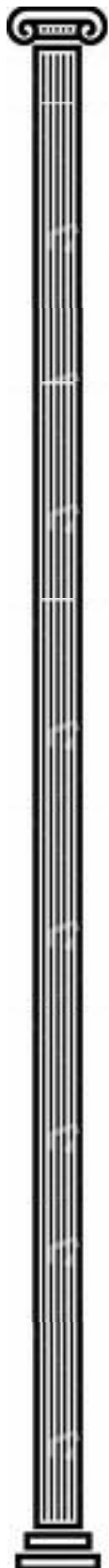
Essa perspectiva se choca com o arcaísmo de valores do antigo regime nas formas de acumulação de capital percebidas pelo historiador João Fragoso na praça de comerciantes do Rio de Janeiro.<sup>24</sup> Como se percebe, a historiografia brasileira sobre o período diverge em suas interpretações a partir das fontes, metodologias e perspectivas teóricas utilizadas e defendidas em suas pesquisas. Nas páginas seguintes, posicionamo-nos junto da perspectiva adotada por Rafael Marquese.

<sup>22</sup>MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial, volume II: 1831/1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.341.

<sup>23</sup>Idem, p.343.

<sup>24</sup>FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.p. 153-302.





O mais importante grupo político na regência era o dos liberais moderados. Tal como no primeiro reinado, não se pode afirmar que formavam um partido. Eram, antes, representantes da aristocracia rural do Sudeste, principalmente de São Paulo, com seus interesses em manter a monarquia e a escravidão. Ensejavam reformas que evitassem o retorno de um governo despótico, e nesse sentido tentaram limitar o alcance do poder Executivo. Seus líderes eram Bernardo Pereira de Vasconcelos, Evaristo da Veiga e o padre Diogo Antônio Feijó. Conhecidos por Chimangos, preocupavam-se com os excessos do liberalismo da oposição.

De modo diferente, os liberais exaltados, representantes dos grandes proprietários das províncias do norte e das camadas médias letradas dos centros urbanos do sudeste, aspiravam por reformas profundas. A abolição do poder moderador do Imperador, que assumiria o poder com essa prerrogativa quando completasse a maioria, a ampliação do direito ao voto e o fim dos mandatos vitalícios do Senado, previstos pela constituição outorgada em 1824, estavam entre suas principais reivindicações. Esse grupo também tinha grande aceitação entre as camadas pobres urbanas. Uma parcela dos políticos liberais exaltados ainda defendia a instalação de uma república, todos concordavam com a descentralização política. Entre seus principais representantes estavam Cipriano Barata e Miguel de Frias e Vasconcelos.

Por fim, os restauradores ou Caramurus propagavam planos de retorno de D. Pedro I. Monarquistas remanescentes do grupo de políticos portugueses que compunha o governo do primeiro reinado, liderados por José Bonifácio - tutor de D. Pedro II - viam no reacionarismo político o fim das revoltas que sacudiram o país naquela década.

Embora tenham se envolvido mais com o processo

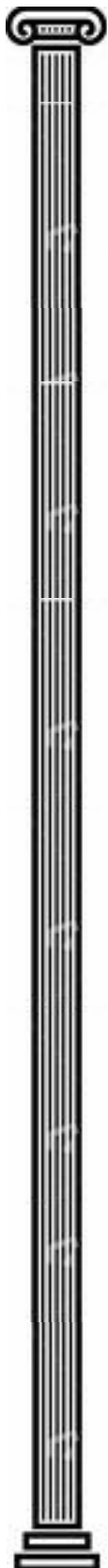
de abdicação, os liberais exaltados viram seus planos caírem por terra com a subida ao poder dos liberais moderados, economicamente mais fortes. Pela constituição de 1824, à Assembléia Geral dos deputados cabia a eleição de uma Regência Trina. Como a Assembléia estava de férias em abril de 1831, uma Regência Provisória dos moderados governou até junho daquele ano. Mesmo fora desse primeiro governo, os exaltados tiveram alguns de seus pontos colocados em prática.

O poder moderador foi limitado e impedido de dissolver a Câmara dos deputados. A anistia aos presos políticos também foi concedida, o que liberou exaltados e aumentou ainda mais a preponderância dos moderados na Assembléia. Ao perceber isso, os exaltados se revoltaram no Rio de Janeiro, contando inclusive com o apoio de setores não oficiais do Exército, em sua maior parte ainda liderado por generais portugueses.<sup>25</sup> A solução desses conflitos políticos foi armada pelos moderados através do critério de eleição da Regência Trina, que agregou pelo critério geográfico um representante do Norte (Bráulio Muniz), um do Sul (Costa Carvalho) e um do Sudeste (o brigadeiro Lima e Silva), contando ainda com o conservador Diogo Feijó no ministério da Justiça, o que deixava a balança ainda pendente aos moderados, e dando sequência à dura repressão aos movimentos exaltados.

Sem contar com o Exército, uma das primeiras medidas de Feijó foi a criação da Guarda Nacional, ainda naquele ano. Composta por milícias locais lideradas por grandes fazendeiros sob o comando de voluntários (geralmente livres pobres subordinados aos proprietários), a função inicial desses grupos passou a ser a de debelar os movimentos de insubordinação nas províncias. Com possibilidade de cooptação de índios, negros e mestiços, a

<sup>25</sup> CASTRO, Jeanne B. de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1851*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.06.





Guarda Nacional das décadas seguintes à Regência também vem sendo pensada pela historiografia como um primeiro movimento no sentido de um nacionalismo, embora hierárquico, entre 1831 e 1851.<sup>26</sup> A mesma já era vista como um incômodo para as elites em 1850.

Voltando ao início da Regência, em 1832 os Caramurus organizaram um levante restaurador. No embate político com José Bonifácio, o padre Diogo Feijó exigiu a destituição de Bonifácio, considerado por ele como o mentor do motim, e a extinção do Senado vitalício, com intenção de diminuir a força dos Caramurus. A Câmara - essencialmente moderadora e exaltada - aprovou a medida, mas o Senado não, por uma diferença de apenas um voto. Tal medida desagradou Feijó, que pediu demissão do ministério da Justiça. Dava-se a cisão do grupo moderado. Feijó passaria a apoiar a autonomia das províncias, o que enfraquecia o poder central na perspectiva dos moderados. Ainda assim, considerava a força como a melhor maneira de aplacar as revoltas. Com a morte de D. Pedro I em 1834, os Caramurus perderam suas motivações, dissolvendo-se.

Bernardo Pereira de Vasconcelos e Carneiro Leão tomaram a iniciativa moderadora de reformular alguns artigos da Legislação a partir de 1832. É o que se verifica com a promulgação do novo código de processo penal, em 1832, que regulamentava o novo Código Criminal de 1830 e promovia a descentralização do poder judicial através da criação dos Juizes de Paz em cada uma das municipalidades das províncias. Pelo Ato Adicional de 1834, ficava concretizada a proposta da reforma judiciária, e os liberais exaltados saíam fortalecidos, pois os juizes de paz - eleitos regionalmente - além de suas atribuições jurídicas, também assumiam oficialmente funções policiais e administrativas: funções próximas à dos prefeitos no sistema republicano.

<sup>26</sup>Idem, p.12.

da qual faziam parte.

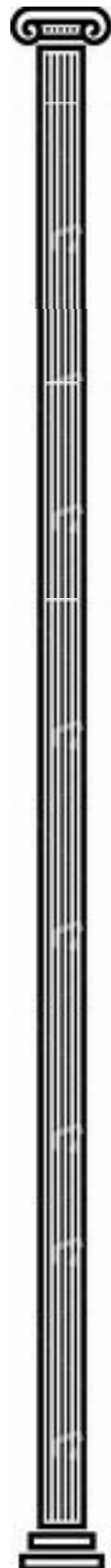
O Poder Moderador ficava limitado à indicação dos presidentes de província, impedindo a dissolução da Câmara dos Deputados. Por outro lado, os Conselhos Gerais das províncias foram transformados em Assembléias Provinciais, e, embora pudessem ser dissolvidas pelos presidentes provinciais, passavam a controlar as decisões do poder executivo de cada localidade, com representações de quase todas as freguesias, vilas e cidades provinciais. Criava-se certa hierarquia entre os poderes locais, provinciais e regenciais.

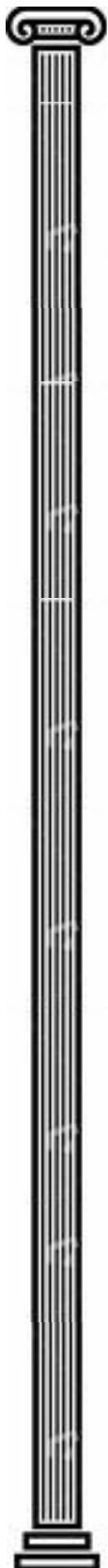
Com a conciliação dos interesses das facções de moderados e exaltados, inclusive dos Senadores com raízes nos restauradores (mantiveram a vitaliciedade dos seus cargos), os moderados tiveram mais força para conter as revoltas em todo o território. O país tinha, a partir de então, um federalismo híbrido baseado no pacto das elites. Como indica Miriam Dolhnikoff, “A negociação política impunha-se como forma de solução de conflitos, ora beneficiando uns, ora favorecendo outros.”<sup>27</sup>

O passo seguinte, atendendo aos interesses dos moderados, foi a alteração da regência. Pelo Ato Adicional de 1834, também ficava instituída a Regência Una, eleita por voto popular (releia o box explicativo II) e com mandato de quatro anos. Com a primeira eleição em 1835, o padre paulista Diogo Antônio Feijó, moderado, venceu o pernambucano Holanda Cavalcanti, do grupo dos exaltados.

Sua breve regência foi marcada pela habilidade em aceitar a proposta de descentralização política sem dar força aos interesses exaltados de criação de um parlamentarismo. Ao romper com seus colegas moderados Bernardo Pereira de Vasconcelos e Carneiro Leão, tentou a criação de um grupo político denominado Progressista, não obtendo partidários suficientes. Após aproximações e

<sup>27</sup>Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. op. cit., p.276





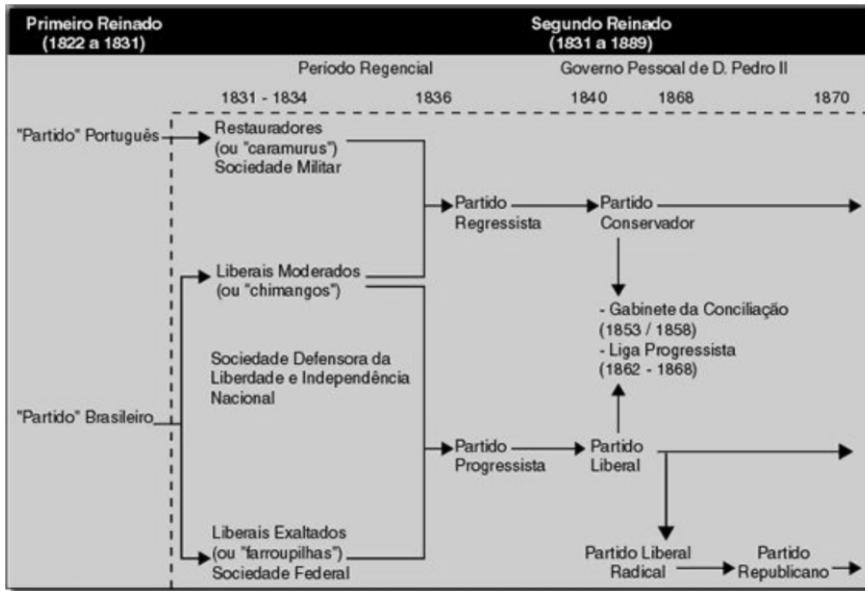
distanciamentos com remanescentes Caramurus e moderados, Feijó se isolou politicamente e abriu espaço para sua queda do poder. Figura política complexa, de acordo com Raymundo Faoro, Feijó era um monarquista convicto, avesso ao governo das maiorias: “[...] o sacerdote, dentro de sua férrea energia, na fria obstinação da autoridade, cultiva o seu delírio, ao esboçar o poder político sem corresponder às forças econômicas e socialmente dominantes.”<sup>28</sup>

Com a intensificação das revoltas provinciais, principalmente no sul, e com a morte de Evaristo da Veiga, seu apoiador no grupo dos moderados, Feijó renunciou em 1837. Por trás dessas motivações mais imediatistas, podemos visualizar a cisão definitiva entre os moderados, o que fez aumentar a oposição às suas ações na Câmara dos Deputados. Por seu turno, os poderes reajustados pelas reformas na regência impossibilitavam a dissolução pelo Regente.

Depois da regência liberal moderada, assumiu interinamente o senhor de engenho Pedro de Araújo Lima, pernambucano e conservador. Conhecido no segundo reinado como marquês de Olinda, eleito em 1838 para quatro anos de Regência Una, não terminou o mandato em função do movimento da Maioridade, iniciado pelos liberais reagrupados. De certa forma, desde 1837 os exaltados e restauradores estavam fora do poder, uma vez que a divisão dos liberais moderados formaram os partidos dominantes do início do Segundo Reinado, com seus membros moderados a partir de então denominados Regressistas ou Progressistas. Discutiremos as definições políticas desses dois grupos no tópico relacionado ao regresso da monarquia, na sequência do texto.

<sup>28</sup>FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p.361.

## Partidos políticos no Império



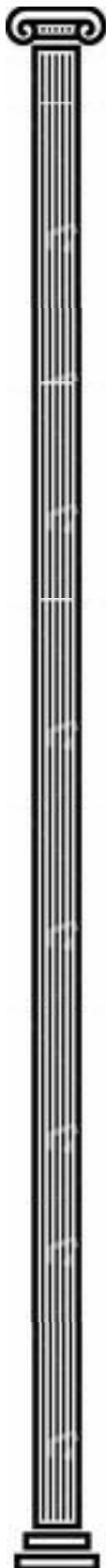
**Fonte:** ALENCAR, Chico; RAMALHO, Lucia Carpi; RIBEIRO, Marcos V. C. História da Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996, p. 158.

### 2.2 Convulsões políticas e revoltas populares

Mais de uma dezena de revoltas e motins podem ser elencados no território brasileiro durante o período regencial.<sup>29</sup> Nesse tópico, entretanto, vamos abordar apenas cinco delas, selecionadas a partir do foco central do livro nas questões que afetaram a política Imperial, assim como da pertinência historiográfica recente no estudo de tais revoltas, pertinência essa baseada no atual acesso às fontes de pesquisa sobre as mesmas.

O Grão-Pará contava com um passado de agitações e revoltas desde 1822-1824, quando a elite agrária local tentou lutar contra a independência e foi duramente reprimida, com centenas de prisioneiros aniquilados por envenenamento, comandado pelo mercenário inglês Grenfell. Terminado o massacre, a nova Junta Governativa se pronunciou:

<sup>29</sup> Cf. AQUINO, Rubens Leão de (et. al.) *Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.445-524.



Sentimos não poder afirmar que a tranquilidade está inteiramente restabelecida porque ainda temos a temer, principalmente a gente de cor, pois que muitos negros e mulatos foram vistos no saque de envolta com os soldados, e os infelizes que se mataram a bordo no navio, entre outras vozes sediciosas deram vivas ao Rei Congo, o que faz supor alguma combinação de soldados e negros.<sup>30</sup>

Essa suposição se confirmaria na década de 1830 com a Revolta dos Cabanos ou Cabanagem, como ficou conhecida pela historiografia brasileira, foi uma das maiores revoltas populares do século XIX.<sup>31</sup> Após oito anos de intranquilidade desde 1824, uma nova revolta de grandes dimensões eclodiu. No interior da província, assim como na capital Belém, pequenos levantes populares já se tornavam comuns no período, contando, inclusive com a adesão das tropas insatisfeitas com os soldos miseráveis e com as imposições dos poderes provinciais e locais.

A maior parte da população era formada por despossuídos que viviam em cabanas à beira dos rios: esses grupos eram chamados de cabanos. Formada por negros alforriados e índios mestiços e tapuios (índios considerados arredios à colonização) destribalizados, submetidos à semi-escravidão pela elite comercial de Belém na retirada das drogas do sertão e da pesca para o comércio. Nesse contexto, a luta pela liberdade exprimia a maior identidade dessas populações.<sup>32</sup> Em 1832, as camadas mais exploradas da comarca do Rio Negro, lideradas pelo cônego Batista de Campos, iniciaram uma revolta contra o novo Presidente da Província, exigindo a expulsão dos comerciantes

<sup>30</sup> Cf. REIS, Arthur César Ferreira. "O Grão-Pará e o Maranhão". In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico. Vol. II, dispersão e unidade. São Paulo: DIFEL, 1972, p.86.

<sup>31</sup> Cf. RICCI, Magda. "Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução". In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil Imperial, volume II: 1831/1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.187.

<sup>32</sup> Idem, p.210.



portugueses de Belém, considerados os maiores responsáveis pela exploração a que estavam sujeitos. Sem poder desembarcar em Belém, o Conselho Provincial<sup>33</sup> tomado pelos revoltosos se negou a lhe dar posse.

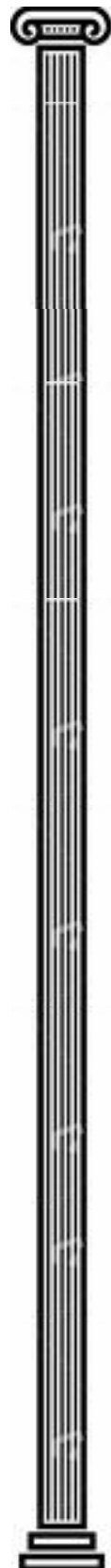
Com o envio de Lobo de Souza em 1833 como Presidente, prisões e deportações de suspeitos começaram a ser feitas. Recrutamentos forçados para o Exército e para as armadas locais começaram a fazer parte da repressão às populações pobres indígenas, mestiças e forras. As lideranças do movimento se imiscuíram pela região interiorana, deixando à primeira onda de repressão a população da capital. Com a força da população do interior, novos líderes, como os irmãos Vinagre (lavradores), e o seringueiro Eduardo Angelim, retomaram o controle de Belém, em 1835 e aumentaram a adesão popular à denominada República Independente do Pará, após expulsar Lobo de Souza.

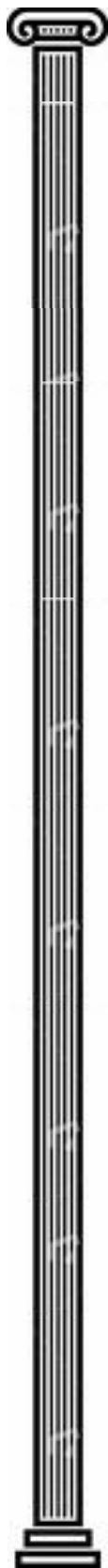
Com os envios de maiores contingentes para as tropas pelo regente Diogo Feijó, o movimento foi sufocado e reprimido violentamente. Após a deposição das armas acordada por negociações com as lideranças do movimento em 1836, os rebeldes foram trucidados e perseguidos até 1839, quando a província foi finalmente pacificada após a morte de cerca de 30 mil pessoas: “Houve até quem considerasse como padrão de glória trazer rosários de orelhas secas de cabanos.”<sup>34</sup>

Ainda durante a regência de Feijó, outros movimentos marcaram o clima de violência no período. Além da já abordada Cabanagem, a Balaiada, a Sabinada, a Farroupilha e a Rebelião dos escravos Malês se aproveitaram das brechas no poder provincial ou regencial para emergir a contestação por melhores condições de vida e por liberdade. Em alguns movimentos houve a participação

<sup>33</sup> Órgão do poder provincial anterior à criação das Assembléias Provinciais pelo Ato Adicional, em 1834.

<sup>34</sup> Cf. REIS, Arthur Cézár Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão, op. cit., p. 125.





de escravos aquilombados, tal como ocorreu na revolta dos Balaios.

Pela (des)organização dos revoltosos, não se pode afirmar que a Balaiada tenha sido um único movimento, mas sim uma onda de levantes da população sertaneja e escrava do Maranhão e do interior do Piauí entre 1831-1841. Exportadora de arroz e algodão e com cerca de 30% de sua população escrava, a economia das elites do Maranhão perdera sua prosperidade após a recuperação da produção algodoeira norte-americana. Essa situação levou os homens livres pobres, mulatos e libertos que sobreviviam da lavoura e pecuária ligadas aos grandes produtores algodoeiros à penúria após o declínio da exportação do algodão maranhense.

Inicialmente incentivada pelos proprietários rurais e senhores de engenho do partido Bem-te-vi - democratas locais radicais -, ao conseguir a adesão das camadas mais populares, os mesmos proprietários radicais passaram a reagir contra o movimento, temendo o governo regencial. Liderada pelo vaqueiro negro Raimundo Gomes, pelo negro Cosme (líder dos quilombolas) e pelo vendedor de balaios Manuel dos Anjos Ferreira (cuja ocupação dera nome ao movimento), a revolta chegou a tomar a cidade de Caxias e quase tomaram a capital São Luís em 1839, mas a partir de então foram duramente derrotados. Agindo isoladamente, cada um dos chefes de quilombos ou de livres pobres foi derrotado. Com o coronel Luís Alves de Lima e Silva - futuro Duque de Caxias - na presidência da Província e no comando das armas a partir de 1840, contando com apoio das elites inicialmente insurgentes, em pouco tempo a província também foi pacificada da mesma forma violenta que encerrou a Revolta dos Cabanos, comentada anteriormente.

Local de várias manifestações anti-lusitanas nos últimos anos do governo de D. Pedro I, a Bahia foi palco de

movimentações da classe média republicada em 1837. Liderados pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, um liberal exaltado, a denominada revolta da Sabinada apoiava, através de panfletos, os movimentos dos Cabanos e a Farroupilha no extremo sul do país, proclamando uma república temporária em Salvador. De acordo com Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado,

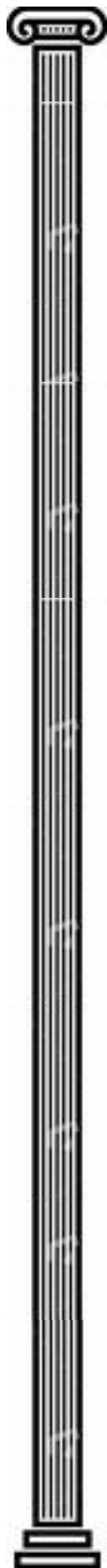
Foi nesse clima, inclusive, que Bento Gonçalves, líder farroupilha, evadiu-se da prisão, com a complacência da guarnição. Seguindo o padrão dominante nos movimentos desse período, a revolta iniciou-se com um levante no Forte de São Pedro ao qual aderiu a tropa, forçando a fuga do Governador. Como resultado, proclamou-se a República Baiense, projetada para durar até que D. Pedro II assumisse o trono.<sup>35</sup>

Com alcance limitado à cidade de Salvador e sem maior adesão das camadas populares, o governo regencial e os proprietários de terra reprimiram rapidamente a rebelião em 1838. Os principais responsáveis acabaram punidos com a pena capital, tendo suas casas incendiadas e sendo jogados vivos ao fogo pelos soldados do Império regido por Araújo Lima. O exemplo do tratamento dado aos rebeldes de classe média deveria impedir novas tentativas e manter a forjada paz.

Antes mesmo da Sabinada, em 1835, no Rio Grande do Sul tinha início a Guerra dos Farrapos, também denominada historiograficamente como Revolução Farroupilha. Embora se enquadre na mesma perspectiva dos outros movimentos insurgentes iniciados na década de 1830, a Farroupilha apresenta peculiaridades próprias. Pode ser considerado o resultado da luta de uma elite agrária local,

<sup>35</sup> NEVES, Maria L. P. das; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999, p.134.





com produção voltada para o mercado interno, contra os efeitos do centralismo político da Regência.

No decorrer do século XVIII, o Rio Grande do Sul passou por três invasões castelhanas. No final daquele século, se desenvolveu a atividade do charque, enriquecendo a elite local e reforçando a autonomia dos mesmos em casos de guerra, uma vez que a grande entrada de escravos negros para o trabalho nas charqueadas possibilitava altos contingentes de soldados. Pelo reconhecimento de seus serviços militares, nas palavras de Sandra Jatahy Pesavento,

Os sucessos na guerra contra castelhanos, bem como a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina, em 1820, consolidaram o prestígio dos homens do Sul, bem como cimentaram o alto conceito de si próprios e dos valores que estavam associados a sua condição, notadamente de homens e guerreiros: coragem, destreza nas armas, defesa da honra.<sup>36</sup>

Dessa forma, a defesa da idéia de república, surgida de forma precoce no extremo sul gaúcho, encontra suas explicações. No pós-independência, com a ascensão da elite cafeeira ao poder no Rio de Janeiro, essa situação mudou. Com a economia do charque voltada para o abastecimento de carne aos escravos dos setores cafeeiros e dos negociantes de escravos da capital, que também consumiam couro e gado de corte gaúchos, a perda do prestígio adquirido no século XVIII veio com a perda da província Cisplatina, em 1828, e foi reforçada pela tentativa centralizadora do poder por parte das regências a partir de 1831.

<sup>36</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831/1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.239.

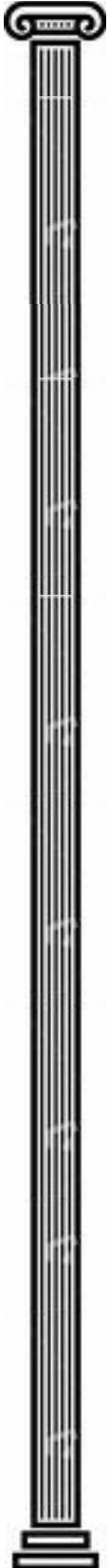
Com o sudeste interessado em preços baixos, e conhecendo os baixos preços e a alta qualidade do charque da região da ex-província Cisplatina, o governo manteve baixos os impostos do charque uruguaio, causando uma superprodução de produtos rio-grandenses (mais caros) sem caminhos para venda, tanto no mercado interno quanto no exterior. Os próprios portos gaúchos sobrecarregavam de impostos regenciais o charque local que era embarcado para outras regiões.

A prosperidade econômica dos estancieros do sul brasileiro ficava à mercê da organização da produção platina: nos períodos em que as lutas internas pela organização dos poderes no Prata aumentavam, o charque rio-grandense retomava espaços no mercado. Quando a situação de instabilidade nos vizinhos castelhanos apresentava certa melhora, as vendas dos charqueadores rio-grandenses sofriam com a estagnação e a perda dos lucros esperados com a produção. Sem garantias de venda total da produção, o gado do sul era negociado em um mercado livre, competitivo e sem monopólios.

Nos anos que sucederam o início da revolta, as elites do Rio Grande centravam seus esforços na instauração de uma reforma tributária por parte do governo regencial. A própria utilização da mão-de-obra escrava encarecia a produção em solo brasileiro até mesmo nos momentos de estagnação das vendas. Em todo o Prata, o trabalho assalariado e o aumento da produção barateavam os custos, limitados aos baixos salários dos trabalhadores explorados, aumentando a competitividade platina no mercado brasileiro.

Além da questão econômica, no campo político os descontentamentos também se mostravam maiores depois da perda da Cisplatina. Acostumados à autonomia militar, a oligarquia pecuarista do sul considerava injusta as requisições não remuneradas de cavalos e gado pelas forças





imperiais envolvidas com as outras revoltas regenciais.<sup>37</sup> Também eram contrários à nomeação regencial dos presidentes da província e demais funcionários do poder local vinculado à Corte.

Reclamando da situação local pejorativa de colônia perante a Corte regencial, em 1835 estoura a revolta com a deposição do presidente da província. Organizado por estancieiros gaúchos com muitos laços com as repúblicas platinas, chegaram a proclamar a República Rio Grandense após a tomada de Porto Alegre, com a presidência de Bento Gonçalves. Entre os líderes também estavam Bento Manuel Ribeiro, Davi Canabarro e o mercenário italiano Giuseppe Garibaldi. Pretendendo manter a lealdade à monarquia, exigiam que o movimento fosse considerado legal, uma vez que retornariam ao jugo da Corte com a maioria.

Em 1838, após a retomada de Porto Alegre pelas tropas legalistas, os revoltosos espalharam um manifesto com acusações à Regência, culpando o governo do Rio de Janeiro pelos desastres políticos na região. Ao solicitar o apoio das camadas mais pobres, também esquecidas pelos governantes da Regência, os Farrapos, como ficaram conhecidos a partir de então, também davam novos rumos à revolta. A alforria era prometida aos escravos que entrassem para as tropas. Depois de ser preso pela Regência em 1837 e enviado ao Rio de Janeiro, Bento Gonçalves conseguiu fugir da cadeia em que se encontrava e retornar heroicamente ao Rio Grande. Em 1839 o movimento se alastrava pela província vizinha de Santa Catarina, proclamando a República Juliana, e as idéias de uma autonomia política definitiva ganhava força junto aos revoltosos do sul do Império.

Nesse fim de década, o movimento pela maioria de D. Pedro II crescia após cinco anos de conflitos no Sul.

<sup>37</sup>Idem, p. 141.

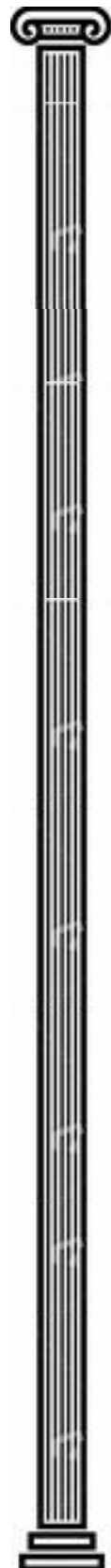
Com a nomeação do Barão de Caxias para a presidência da província em 1842, iniciava-se o período de retração da revolta. Os auxílios que a República Juliana recebia do Uruguai são cortados, e os contingentes militares das tropas legalistas, aumentados. Um dos líderes do movimento revoltoso, Bento Ribeiro, também apoiou Caxias, dividindo os Farrapos. Após várias rendições, o movimento foi encerrado dez anos depois do seu início, em 1845 com o tratado da Paz de Ponche Verde, no qual várias reivindicações dos revoltosos eram concedidas pelo novo Imperador. Entre as conquistas da Paz de Ponche Verde estava a alforria prometida aos escravos que haviam lutado na revolução. Essa prática ia se repetir anos mais tarde, durante a Guerra do Paraguai.

Ainda de acordo com Sandra Jatahy Pesavento, criava-se a partir de então o mito do gaúcho, figura emblemática da identidade regional do Rio Grande do Sul, reforçada pelos discursos políticos até a República e, mais recentemente, por novelas e mini-séries na televisão, como *A Casa das Sete Mulheres* exibida em 2003.<sup>38</sup>

Ainda em janeiro de 1835, no mesmo ano em que se iniciava a Guerra dos Farrapos, uma revolta escrava de grandes proporções tomava Salvador, na província da Bahia. Embora os movimentos de rebeldia dos escravos durante todo o século XIX tenham sido uma constante, a pesquisa histórica sobre seus delineamentos só começou a se aprofundar nas últimas décadas do século XX. Algumas delas ocorreram no mesmo período em Minas Gerais: as rebeliões de Carrancas e de Manuel Congo lutavam por liberdade, aproveitando a brecha aberta pelo conflito entre as elites regionais e da Corte para atacar fazendas, matar senhores e fugir em busca da liberdade nos quilombos.

De acordo com os historiadores João José Reis e Eduardo Silva, a identidade étnica e religiosa dos escravos e

<sup>38</sup>Idem, p.250.





libertos baianos do século XIX ultrapassava a questão da condição social dos mesmos. Suas culturas não podiam ser elencadas apenas a partir de suas experiências no Novo Mundo. A respeito das interpretações da historiografia sobre a Revolta dos Malês de 1835, para esses pesquisadores, uma visão possível é a de que:

A rebelião de 1835 foi uma rebelião escrava – esta pode parecer uma afirmação óbvia, mas não é. Há uma longa tradição, iniciada por Nina Rodrigues, que sustenta que a revolta não teve relação com a escravidão. Ela teria sido uma guerra santa islâmica, levada a cabo por escravos e libertos africanos, com o único objetivo de expandir o Islã. Pode soar anacrônico, mas procuramos demonstrar que houve uma rebelião escrava, e, portanto, uma luta de classe num sentido amplo. [...] Houve também luta étnica e religiosa. Procuramos verificar o que ser escravo, ser nagô (ou haussá, ou jeje, etc.) e ser muçulmano podiam significar para o africano rebelde, ou seja, discutimos as relações entre classe, etnia e religião no contexto de 1835.<sup>39</sup>

O movimento também agregou libertos, com grande predominância de muçulmanos, cujo belicismo era característico em meio a seus valores culturais. Em 25 de janeiro, mais de mil e quinhentas pessoas ocuparam as ruas da cidade de Salvador, entrando em luta com a polícia e a Guarda Nacional baiana. Nove soldados e cerca de setenta revoltosos foram mortos.<sup>40</sup>

Como afirma Ricardo Alexandre Ferreira em outra obra da coleção que o leitor tem em mãos,

<sup>39</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.100.

<sup>40</sup> VALLADARES, Eduardo Montechi. "O Período Regencial (1831-1840)" In: AMARAL, Sonia Guarita do (org.) *O Brasil como Império*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2009, p.157.



Embora tivessem inúmeras vantagens sobre seus senhores e sobre a polícia (saber ler e escrever já seria uma vantagem significativa, muitos dos revoltosos dominavam o árabe), esses cativos acabaram por ver seus planos fracassados ao serem delatados e obrigados a antecipar o motim. Um dos pontos fundamentais do infortúnio dos Malês teria principiado com uma série de comentários de que em caso de vitória da revolta, os cativos nascidos no Brasil, chamados crioulos, seriam mantidos como escravos.<sup>42</sup>


Nos dias que se seguiram, patrulhas diárias e noturnas desautorizavam a saída dos escravos das casas de seus senhores. Mais de 500 africanos acabaram deportados para a África, e outras centenas foram açoitados. Alguns acabaram condenados à morte, para acalmar os ânimos dos demais escravos e o medo das elites baianas, preocupadas com o haitianismo que parecia se repetir na província. Ainda em 1835, novas medidas jurídicas extremamente severas passaram a punir com a morte as tentativas escravas de insurreição, assim como qualquer ofensa física cometida pelos cativos, principalmente contra seus senhores.<sup>42</sup> O Estado assumia parte do controle escravo. Novamente, a contraditória paz com as camadas populares se daria com altas doses de intimidação e brutalidade.

Em um período com tantas revoltas e convulsões políticas que ameaçavam a unidade territorial e política da regência monárquica, não tardou para que a antecipação da maioria de D. Pedro, já proposta pelo Ato Adicional de

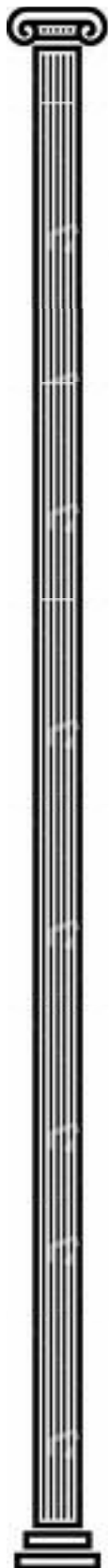
<sup>41</sup> FERREIRA, Ricardo Alexandre. *As Áfricas e o Ensino de História no Brasil: construções de identidades afro-brasileiras durante o escravismo moderno*. Guarapuava: Editora da Unicentro/UAB, Coleção História em Construção, 2011, p.46 (no prelo).

<sup>42</sup> Para uma discussão a respeito das representações da escravidão e da imigração pelas elites brasileiras do século XIX, ver AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo, Annablume, 2004. A autora entrelaça os debates senhoriais sobre a escravidão e liberdade com a questão da mão de obra, da imigração e do racismo oitocentista.

<sup>43</sup> VALLADARES, Eduardo Montechi. (op. cit), p. 156.



“O termo haitianismo está relacionado ao temor que os senhores de escravos de várias regiões do continente americano nutriam de que pudessem ocorrer em suas terras revoltas semelhantes às que aconteceram no final do século XVIII e no início do século XIX na colônia francesa de São Domingos (Haiti), quando uma grande rebelião de escravos negros destruiu a sociedade dominadora branca.”<sup>43</sup>



1835 de 21 para 14 anos, embora se fixasse em 18 anos a partir de 1837, foi colocada como alternativa em meio à falta de símbolos de poder frente ao Império em finais daquela década. Esse será o próximo assunto discutido nesse texto.

Sem reduzir a análise historiográfica do período regencial como uma fase de transição, aberração anárquica ou experiência liberal republicana, podemos considerar o período de forma mais abrangente. Juntamente com Marcello Basile,<sup>44</sup> pensamos o período das regências como um momento de entrada no campo político de novos atores, tanto daqueles que se encontravam excluídos pela condição social quanto daqueles que ascendiam como elites regionais, alocados no contexto econômico internacional no início do século XIX.

### **2.3 O regresso da monarquia**

De acordo com algumas interpretações da historiografia brasileira, as elites agrícolas brasileiras do final da década de 1830 temiam mais a desordem das camadas populares que a centralização do poder no trono monárquico.<sup>45</sup> Essas elites se mostravam bastante pendentes às ideias dos moderados denominados Regressistas nesse período. No projeto desse grupo, o período regencial tinha sido um caos completo. A experiência do liberalismo e a perda da centralidade do poder tinham levado o povo às lutas pelos seus interesses. Com o risco de perderem o poder para seus submissos, muitos membros das elites regionais seguiram Bernardo Pereira de Vasconcelos no início de 1840.

De maneira concreta, o grupo mais fortalecido surgido da cisão dos moderados, os regressistas ou

<sup>44</sup> BASILE, Marcello. op. cit., p.97.

<sup>45</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, cap. 1.

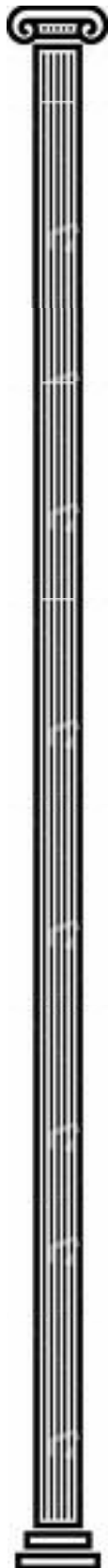
conservadores como seriam reconhecidos após 1840, pretendiam fortalecer o poder central pelo cerceamento dos poderes provinciais. O liberalismo econômico também seria alvo dos apoiadores do golpe da Maioridade: os tratados de câmbio livre, causadores dos movimentos políticos no Sul, queriam que o protecionismo alfandegário ajudasse a preservar a unidade do Império, aumentando as tarifas para os produtos importados. Ligados à elite cafeeira, os ideólogos regressistas interessados nessa coesão das elites nacionais também acabavam se fixando no poder, justamente nas décadas de maior crescimento da produção e exportação no Vale do Paraíba.

De acordo com Richard Graham, a representação do jovem Imperador cumpriria, nas palavras de um administrador provincial, a função de “[...] um pai para o país inteiro”<sup>46</sup>; embora ainda muito jovem para assumir o trono em 1840. Dessa maneira, as convulsões poderiam ser aplacadas pelos amplos poderes que a figura do monarca congregava, mantendo a unidade nacional. As principais figuras desse movimento conservador, além de Bernardo Pereira de Vasconcelos, eram Paulino Soares, Eusébio de Queirós, José da Costa Carvalho e Rodrigues Torres.

Os Progressistas também aprovavam a ideia da Maioridade. Mais do que almejem a unidade política do território, depois de perderem o poder com a saída de Feijó da Regência - a quem estavam ligados - esta era uma maneira dos liberais progressistas recuperarem cargos no Governo. Assim como os regressistas, também passaram a apoiar a centralização do poder. Embora continuassem a apoiar formalmente o Ato Adicional de 1834, de tendência descentralizadora, se mostravam muito próximos dos centralistas. Com a fundação do Clube da Maioridade em 1840, o movimento daria seus passos efetivos. Como já afirmamos, por um caminho ou por outro, grande parcela

<sup>46</sup> Idem, p.62.





dos políticos regenciais concordavam que a antecipação da maioria de D. Pedro II resolveria as questões de autoridade no país, ao idealizarem um poder que se mostrasse neutro e evitasse que as divergências políticas de conservadores regressistas e liberais progressistas extrapolassem as assembleias da Câmara dos Deputados.

Assim, sem grandes divergências, os liberais promoveram o golpe em julho de 1840. A fórmula salvadora do Império passava pela reafirmação da monarquia e dos privilégios das elites agrárias. Antes da aceitação do jovem Pedro II ao cargo, ainda em maio daquele ano, uma lei interpretativa ao Ato Adicional de 1834 foi promulgada pelos regressistas, diminuindo o poder das assembleias legislativas provinciais. Com a subida ao poder de D. Pedro II, o ministério liberal progressista, chamado de Gabinete Maiorista e formado pelos irmãos Andrada, não ficou muito tempo no poder. A continuidade das revoltas no Sul e as pressões inglesas pela extinção do tráfico negreiro, que voltou a exigir medidas por parte do governo brasileiro, fizeram com que um novo Ministério, mais conservador, fosse colocado junto ao Imperador entre 1841 e 1842.

O pretexto oficial dado pelos conservadores àquelas medidas foram as eleições para a legislatura que se iniciava em 1842. Os liberais progressistas no poder junto do Imperador tentaram se manter no poder alterando o processo eleitoral. Nas denominadas eleições do cacete, novos presidentes de província foram nomeados, com a remoção dos chefes de polícia e dos juizes das instâncias superiores no Império. Com a suspensão dos juizes de paz e a substituição dos membros das elites responsáveis pelas Guardas Nacionais, a fraude se tornou ainda mais forte nas eleições. Como afirma Paulo Pereira de Castro,

Decretou-se o recrutamento às vésperas das eleições e finalmente suspenderam-se os juizes de paz que presidiam o pleito.

Passou-se, depois, à violência. Maltas de valentões, com a conivência da polícia, quando não dirigidos por ela, assaltavam as mesas eleitorais. Identificavam-se pelo uso de um laço amarelo ao pescoço, ficando por isso conhecidos como papos amarelos. Assassínios e espancamentos foram assinalados em todo o País. A fraude completa o quadro dessas eleições. Na qualificação dos eleitores, aceitam-se meninos, escravos, pessoas imaginárias e trocas de identidade.<sup>47</sup>

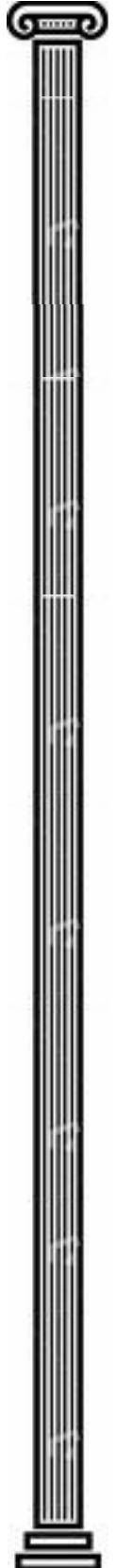
Com a tomada do poder pelo Gabinete Palaciano com o uso da força, acusando o Gabinete Maiorista da ilegalidade de suas atitudes nos pleitos eleitorais, os conservadores retomam o poder. Em novembro de 1841 foi recriado o Conselho de Estado, responsável pelo contato político direto com o novo monarca, e influenciador de suas ações. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, essa elite política imperial exerceu certa tutela política sobre o Imperador através dos órgãos políticos mais próximos a D. Pedro II. Servindo de anteparo à imagem política do jovem monarca, as elites podiam influir mais diretamente nas decisões políticas diretamente da Corte. Esse órgão se manteve por décadas junto ao Imperador.<sup>48</sup>

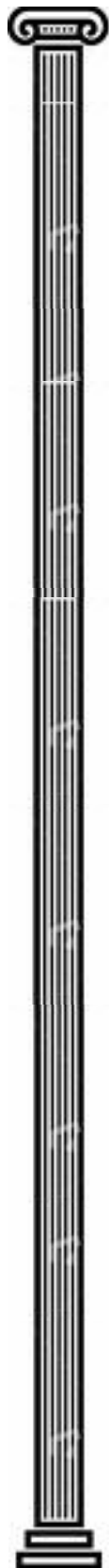
Uma vez no poder, as características centralizadoras do regresso encaminham D. Pedro II a fazer uso das atribuições do Poder Moderador. Naquele mesmo ano foi decretada a reforma do Código Criminal, reconduzindo a competência das ações judiciais ao centralismo monárquico: tentava-se o fim das influências locais na justiça por parte das províncias e dos municípios.

Outra ação do Poder Moderador, através do qual o Gabinete Palaciano dos regressistas atuava por trás do

<sup>47</sup>CASTRO, Paulo Pereira de, A 'Experiência Republicana', 1831-1840. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico. Vol. II, dispersão e unidade. São Paulo: DIFEL, 1972, p.65-66.

<sup>48</sup>CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p.357.





manto Real, foi a dissolução da Câmara dos Deputados, eleita nas já citadas eleições do cacete e, portanto, de maioria liberal progressista. Essa atitude aumentou o descontentamento da ala liberal, entre os quais se encontrava Feijó nesse momento. Uma sucessão de leis reacionárias no ano seguinte, em 1842, levou os liberais de São Paulo e Minas Gerais a se revoltarem.

Com base principal na sede dos cafeicultores liberais paulistas em Sorocaba e contando com a participação das cidades de Porto Feliz, Capivari, Itapetininga, Itu, e da cidade mineira de Barbacena, a revolta teve início no mesmo dia em que a Câmara foi dissolvida pelo poder Moderador. Ao tentarem colocar um novo presidente de fora do partido conservador regressista, contando com o apoio de Diogo Feijó e do liberal radical Teófilo Otoni, as revoltas duraram pouco tempo.

Ainda naquele ano, a ação conservadora do Barão de Caxias novamente trouxe a esperada pacificação dos grupos revoltosos, dessa vez a São Paulo e Minas, centrando suas ações nas elites descontentes. Todas as lideranças acabaram degredadas para o Espírito Santo e de lá impedidos de voltar às suas cidades. A exceção foi Feijó, que, adoentado, faleceu em 1843. De todo modo, vale lembrar que as revoltas paulistas e mineiras de 1842 não questionavam a legitimidade monárquica, mas sim as atribuições de poderes a políticos contrários aos interesses dos grupos rebelados. Essas também eram as motivações da Revolta Praieira de Pernambuco, ocorrida poucos anos depois, em 1848.

Como um eco das revoltas que marcaram a província de Pernambuco em 1817 e 1824, a Praieira se alastrou pelo interior, podendo ser considerada a última cartada do liberalismo radical no Brasil do século XIX. A organização social pernambucana era composta, no campo, por grandes latifundiários do açúcar, com posse centralizada das terras, em que legiões de escravos e agregados viviam submetidas

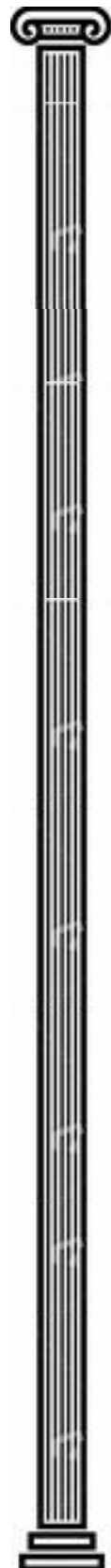
às leis do senhor das terras. Na cidade de Recife, o comércio era monopolizado por negociantes de grande porte, ingleses e portugueses, sobrando pouco espaço para a ação das camadas médias.

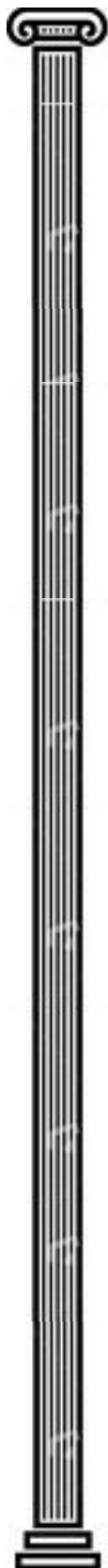
Desde 1844, o partido liberal, composto por intelectuais e setores da classe média e com sede na Rua da Praia – de onde sairia o nome do movimento – publicava jornais criticando o minoritário e poderoso Partido Conservador, no qual se encontravam os membros da elite agrária provincial. Entre 1845 e 1847, com a ascensão ao poder provincial de um representante liberal, as manifestações contra o domínio português do comércio varejista foram ao extremo, causando mortes e saques. No meio da situação, os liberais perdem o governo da província, levando os dois grupos à luta armada em 1848.

Embora tenha brotado dos conflitos internos entre as elites e grupos intelectuais pernambucanos, a revolta Praieira também pode ser considerada um movimento com representações dos interesses do povo e influências das idéias socialistas e revolucionárias de 1848, em ebulição na Europa daquele período. Esse movimento ficou conhecido como a Primavera dos Povos, e foi considerado por Eric Hobsbawn como um tipo inédito de revolução mundial, embora mal-fadada em todo o Velho Mundo após alguns meses de conflito.<sup>49</sup>

Essa ligação pode ser realizada a partir do Manifesto ao Mundo publicado pelos pernambucanos em 1849. Entre as reivindicações das camadas médias urbanas redatoras do documento estavam o monopólio do comércio varejista e as garantias de trabalho e de voto universal para o povo brasileiro, assim como a liberdade de imprensa e a extinção do sistema de recrutamento militar. Mesmo assim, de acordo com esse manifesto, a escravidão deveria continuar existindo, uma vez que os revoltosos pernambucanos não

<sup>49</sup> Cf. HOBBSAWN, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.28.





compreendiam os escravos como cidadãos ou como a classe dos operários no Brasil.

Naquele mesmo ano, a expansão do movimento pelo interior baiano atraiu livres pobres arrendatários de terras, boiadeiros e mascates. A população negra e mestiça formava uma força militar com cinco mil homens comandados por Pedro Ivo, neto de revolucionários de 1817. Sem forças maiores, foram derrotados pelas tropas de Pedro II.

Os líderes populares acabaram condenados à prisão perpétua, o que simbolicamente pode ser compreendido como forma mais humana de condenação adotada pelo Segundo Reinado. Por outro lado, a prisão perpétua no Império não consistia em algo diferente de uma morte lenta em porões inabitáveis. A derrota da revolução Praieira pode ser considerada a derrota do liberalismo radical progressista no Império. A recomposição das forças das elites no poder contou com relativa homogeneização das forças e redução dos conflitos nas duas décadas seguintes (1850-1870).

Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no calor do movimento pela Maioridade, ainda no final dos anos 1830, o jovem Imperador legitimaria seu poder. Com a valorização da unidade do Império através da criação de vultos que pudessem servir de modelos às gerações futuras, o IHGB se tornou o único centro de pesquisas históricas e de historiadores do Brasil até a década de 1930. A desqualificação da era regencial e a criação de um passado do qual os brasileiros pudessem se orgulhar, assim como a referência à continuidade do bom governo, representada por D. Pedro II, faria de trabalhos seguidores de Karl Philipp von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen o modelo interpretativo da história do Brasil por várias décadas.<sup>50</sup>

<sup>50</sup> Cf. REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 25-26.



## 2.4 O tempo saquarema

A hegemonia saquarema<sup>51</sup> caracterizou o governo Imperial a partir da década de 1850. A centralização política em torno do Imperador foi à pauta da Assembléia, favorecida pela atuação das elites no período de maior ascensão da produção de café. O poder Moderador parecia intocável naquela década. Com o afastamento dos liberais radicais, as disputas se resumiram aos conservadores e os liberais moderados. Sem interesses muito divergentes nos grupos políticos que o apoiavam, o Imperador podia escolher o seu primeiro ministro, que lideraria o Gabinete Ministerial, responsável pela composição do Ministério.

O Gabinete também dava sequência nas eleições para a Câmara dos Deputados. Com o uso da força política dos coronéis para fraudar as eleições, o partido do grupo detentor do poder sempre elegia a maioria da bancada de deputados, deixando pouco espaço para a intromissão dos presidentes de província e centralizando ainda mais as decisões à Corte de D. Pedro II.<sup>52</sup>

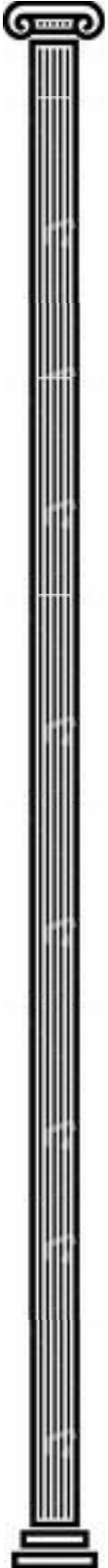
Dessa maneira, os projetos dos conservadores ou dos moderados eram sempre aprovados com facilidade. Além do Gabinete ministerial e da Câmara dos Deputados, a estrutura do poder político no Segundo Reinado era composta, ainda, pelo Senado vitalício e pelo Conselho de Estado, ambos determinados, a cada gestão, pelo próprio Imperador. Esse sistema ficou conhecido como o Parlamentarismo Imperial Brasileiro, mas com uma diferença em relação ao antigo sistema parlamentarista britânico: no caso brasileiro, o rei não só reinava, mas tinha grande influência no governo a partir do Poder Moderador.

D. Pedro II também continuou a lidar, desde meados

<sup>51</sup> Essa era a denominação dos conservadores em função do nome do município fluminense onde residia um de seus líderes, o Visconde de Itaboraí. A fazenda do conservador em Saquarema-RJ também abrigava as reuniões de seu grupo político.

<sup>52</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.33.





da década de 1840, com as sempre proteladas pressões inglesas pelo fim da escravidão, com a questão indígena, das terras e dos trabalhadores imigrantes na segunda metade do século XIX. Entretanto, com tantos poderes, o monarca brasileiro podia dissolver a Câmara a qualquer momento.

De toda forma, isso não foi necessário nesse período, pois essa centralização político-administrativa caminhava ao lado dos interesses dos senhores de terra e escravos enriquecidos pelas primeiras décadas do crescimento da produção cafeeira. Permanecendo mais tempo no poder nesse primeiro momento (1848-1853), os conservadores trataram da extinção do tráfico negreiro, iniciaram a política da imigração e realizaram algumas reformas no sistema econômico. A extinção do tráfico, em 1850, levou a uma nova cisão do partido conservador.

Em 1853 se formou o primeiro Gabinete Ministerial misto, englobando políticos conservadores e liberais moderados, e tendo como primeiro ministro o Marquês do Paraná, conservador. Com essa formação, de acordo com José Murilo de Carvalho, tentava-se isolar ainda mais os políticos liberais radicais, cada vez mais perigosos aos olhos dos partidos conservadores e moderados, que se encontravam próximos ao Imperador.<sup>53</sup>

Como parte das reformas econômicas do novo Gabinete foi criado o Banco do Brasil, com intenções de controlar a emissão de moeda e regular o orçamento, o que aumentava a inflação. Embora o café prosperasse no Segundo Reinado, os dispêndios com a expansão do poder imperial pelo território nacional mantinham os gastos do governo sempre em déficit, aumentando o número de empréstimos feitos junto aos ingleses.

Em 1858, uma nova crise financeira afetou o Império. Com o restabelecimento da emissão de moedas

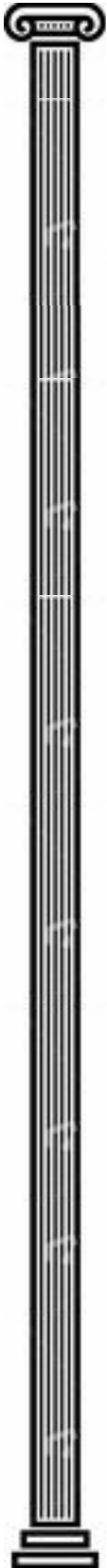
<sup>53</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p.397.

pelos bancos privados, autorizada pelo Ministro da Fazenda dos moderados, Souza Franco, os conservadores romperam com a Conciliação. Alguns anos mais tarde, um novo pacto de governo foi tentado, e a Liga Progressista passou a governar entre 1862 e 1868. Sempre dominada pelos conservadores, que tentavam impedir as propostas de mudança levantadas pelos liberais de tomarem corpo, o Gabinete Conservador da Liga foi dissolvido em 1868 após a crise econômica resultante dos gastos com a Guerra do Paraguai.

Com o Gabinete e o Conselho de Estado dissolvidos pelo Imperador, os liberais moderados reagiram, reatando os interesses políticos com os radicais e dando origem ao Partido Republicano. Reivindicando os seus interesses através dos jornais partidários no Rio de Janeiro, esse novo grupo político colocava novamente em pauta – e a partir de então com mais força política - a abolição da escravidão, a reforma do sistema eleitoral, a descentralização dos poderes, a extinção da Guarda Nacional (com o apoio de grande parcela dos militares) e a extinção do poder moderador. De acordo com o historiador Marcello Basile, forças políticas há décadas estacionadas voltariam a se mover no novo contexto do Império:

A herança regencial afigura-se, ainda, tanto na promoção de novos quadros políticos – construtores da consolidação do Estado imperial -, como nas propostas legadas. Os *caramurus*, com sua idolatria aos princípios originais da Constituição de 1824 e à monarquia representativa centralizada, forneceram as bases do modelo político abraçado pelos *conservadores*. Os *moderados*, com suas medidas para deduzir os poderes concentrados nas mãos do governo central, inspiraram os *liberais*. E os *exaltados* tiveram várias de suas bandeiras resgatadas, após quase quatro





décadas, pelo novo Partido Liberal, pelo Clube Radical e pelo Partido Republicano. (grifos no original) <sup>54</sup>

Os liberais radicais ou exaltados, interessados em mudanças estruturais na economia e na política da nação, tinham finalmente suas discussões aprofundadas em um meio político com peso representativo. Sem sombra de dúvida, em torno dessas questões estava a falência da monarquia como sistema político.

<sup>54</sup> Cf. BASILE, Marcello. op. cit., p.99.

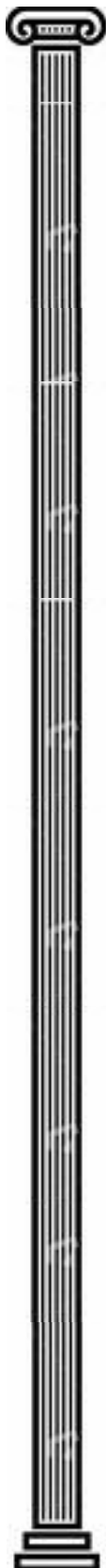


### A Sociedade do Café

#### 3.1 O café e o trabalho escravo

O café foi a mola propulsora da economia, da mão de obra, das rotas de transporte e interligação provinciais e das ideias políticas no Brasil Império. Sob o regime da *plantation* escravista, as fazendas de café aumentaram suas produções a partir da década de 1830, atingindo quase metade do volume das exportações brasileiras na década de 1850. Enquanto a produção de açúcar decaía lentamente - perdendo espaço para o açúcar de beterraba europeu -, amparadas pelo apoio econômico dos políticos conservadores na Corte, outras mercadorias, como a erva-mate e o cacau, não assumiam proporções significativas no montante geral de exportações da economia brasileira.

O fumo baiano perdeu seus mercados na África com o fim do tráfico em 1850, e os couros perderam espaço para a concorrência das fazendas platinas. O crescimento da extração da borracha chegou ao ápice apenas no início da República, enquanto a queda da produção algodoeira nordestina só se reaqueceria momentaneamente durante os anos da guerra da Secessão nos Estados Unidos, na década de 1860. Dessa forma, somente o processo de industrialização e do comércio interno da produção agrícola podia trazer alterações à economia brasileira, cujo interesse internacional por suas mercadorias se mostrava bastante limitado durante o Império.



### Brasil - Exportação de Mercadorias (% sobre o valor total da exportação)

Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva-Mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles
1821 - 1830	85,8	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6
1831 - 1840	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841 - 1850	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851 - 1860	90,6	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861 - 1870	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871 - 1880	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881 - 1890	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891 - 1900	95,6	64,5	6,6	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

**Fonte:** CANABRAVA, Alice. “A grande lavoura”. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico. Vol.IV, Declínio e queda do Império. São Paulo: DIFEL, 1977, p.119.

Tendo chegado provavelmente ao Grão-Pará, no extremo-norte, ainda no século XVIII, o café só passou a ser produto consumido em larga escala na Europa industrializada a partir de finais daquele século. No Brasil, sua pequena expansão e a pouca experiência no plantio em larga escala o faziam ser produzido apenas para ser domesticamente consumido. Com a desintegração da *plantation* cafeeira no Haiti, na virada para o século XIX, e a conseqüente alta nos preços do produto, alguns portugueses enriquecidos com a Corte começaram a produzir em maiores quantidades, utilizando a mão de obra escrava e os muares para transporte excedentes em Minas Gerais e principalmente no nordeste açucareiro,<sup>55</sup> iniciando a expansão cafeeira no litoral carioca, na Floresta da Tijuca.

Embora o acesso à terra estivesse reservado às elites no interior do Rio de Janeiro, foi nas terras férteis do Vale do rio Paraíba do Sul, geograficamente conhecido como o Vale do Paraíba que o café se desenvolveu com maior potencialidade produtiva na terra roxa da região. Localizado entre as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre as

<sup>55</sup> No revisionismo historiográfico recente a respeito de Minas Gerais, percebe-se que, com o fim do ciclo da mineração, ao contrário do mito da decadência extrema, a província manteve outras formas de exploração mineral, de produção agropecuária e de produtos coloniais diversos, com um quadro social de grande presença de libertos, uma economia desenvolvida e um mercado voltado para as demandas de consumo da Corte. Cf. PAIVA, Eduardo França. “Minas depois da mineração [ou o século XIX mineiro]”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808/1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.271-308.

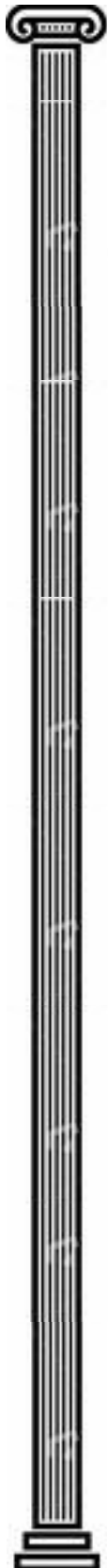
décadas de 1830 e 1870 o Vale se tornou o centro nacional produtor de café. O município de Vassouras, no Rio de Janeiro, ficara conhecido como a capital do café, com a maior parte do escoamento da produção pelo porto do Rio de Janeiro.

A partir da década de 1870, com o declínio da produção no Vale do Paraíba e a ascensão do Oeste Novo com principal região produtora, seguindo as estradas de ferro da Companhia Paulista, a área de produção se estendia pelo interior da província de São Paulo a partir da cidade de Campinas até Rio Claro, passando pelas atuais cidades de São Carlos, Araraquara, Catanduva e Ribeirão Preto. A partir desses espaços, novas formas de pensar a produção cafeeira se tornariam comuns.

Os índios não aldeados, primeiros habitantes do interior paulista, foram sendo expulsos e dizimados à medida que os cafezais se expandiam pela região. Sem a prática cultural da lavoura extensiva, os indígenas foram considerados bárbaros e sem civilização pela Coroa portuguesa e depois brasileira do século XIX. Os denominados costumes bárbaros eram justificativa para o avanço sobre as terras, consideradas sem utilidade para os indígenas. Com a expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII e poucas ações para além da escravidão temporária por Guerra Justa, reiterada entre 1808 e 1831, as políticas indigenistas imperiais com pretensões etnocêntricas de civilizar os índios pelo trabalho agrícola sedentário e pela integração à sociedade rural só voltaram a oferecer tentativas de solução para a questão de 1845 em diante, com a criação do Diretório dos Índios.

Religião e trabalho foram as bases no processo de retirada dos indígenas das terras agriculturáveis para o café no sudeste e para a criação de gado no sul. A devastação das aldeias e o assassinato das populações indígenas pouco se





alterou. Nas aldeias, os líderes indígenas que restaram passaram as últimas décadas do oitocentos negociando alianças com outras tribos ou com os próprios governos imperial e provinciais que garantissem a sobrevivência e as trocas culturais que lhes interessavam, ou que lhes restaram.

Nas áreas anteriormente ocupadas pelos indígenas, o trabalho escravo nas fazendas de café era extremamente árduo. Da colheita ao beneficiamento final dos grãos, todo o processo passava pelas mãos dos escravos nos cafezais, em um sistema rústico de técnicas que se baseava no trabalho manual em quase todas as suas etapas. O próprio equipamento necessário, quando não era produzido com pouca tecnologia dentro dos próprios cafezais - como no caso do Vale do Paraíba -, era financiado pelos cafeicultores mais desenvolvidos no Oeste paulista, os quais acabavam alugando equipamentos a medida que seus pares iam aderindo às inovações técnicas por volta da década de 1870.

Não se tratava ainda de mecanização tal como a trazida pela revolução verde em meados do século XX, mas da substituição da enxada pelo arado, e do vapor no lugar dos animais de tração no caso dos equipamentos de secagem e moagem dos grãos. Com isso a qualidade e o volume da produção cafeeira das fazendas do Oeste rapidamente superaram o já desgastado sistema conservador de produção no Vale do Paraíba.

Com o avanço da cafeicultura, a dependência dos cafeicultores da mão de obra escrava aumentava ainda mais, principalmente no Vale do Paraíba. O próprio crédito necessário para o aumento da produção era obtido a partir da

<sup>56</sup> Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista do século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras/FAPESP, 1992, p.133-154. Para uma discussão a respeito desse processo no Paraná, mais especificamente nos campos de Guarapuava, ver nosso trabalho: PONTAROLO, Fabio. *Homens de Ínfima Plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.43-56. Sobre a escravidão na região agropastoril de Guarapuava, que se encontrava, por volta de 1850, com a economia voltada para a criação de gado e a coleta da erva mate nativa, ver FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Guarapuava: Unicentro, 2007.



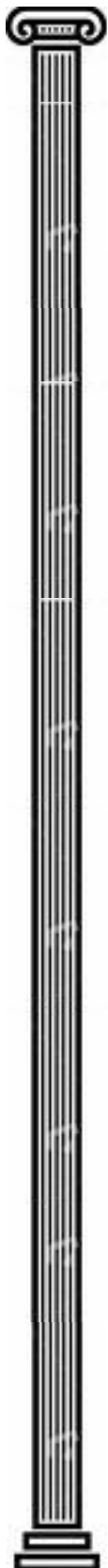
comprovação do número de pés de café e da posse de cativos. Assim, embora a cafeicultura tivesse inserido o Brasil no mercado capitalista mundial, a organização da produção prolongava uma estrutura social iniciada nos tempos coloniais. Por volta de 1850, a população escrava chegou a mais de dois milhões e meio de pessoas entre africanos e os denominados crioulos (escravos negros nascidos no Brasil), num país com não mais do que sete milhões de habitantes, incluídos escravos e indígenas.<sup>57</sup>

O trabalho dos escravos na terra se iniciava com a queimada e o desmatamento, seguindo-se a plantação das mudas de café intercalada de gêneros de subsistência - principalmente milho, feijão e mandioca. Enquanto os pés de café cresciam, os escravos tinham que manter os cafezais limpos de matos, capinando o solo constantemente. Com o início da produção e das colheitas o ritmo de trabalho aumentava, e nem mesmo crianças e idosos eram poupados do trabalho pesado. Na colheita pouco seletiva dos grãos (o que importava era a quantidade), cada escravo ficava responsável por cerca de sete mil pés de café. Com a colheita de quantidades que ficassem abaixo da quantia determinada, o castigo físico certamente viria. Para além da exploração desenfreada do trabalho, no Vale do Paraíba também era comum que os escravos recebessem incentivos financeiros pela dedicação na colheita:

Geralmente, o senhor pagava-lhes duzentos réis por alqueire nas quatro ou cinco primeiras semanas de colheita e 240 réis para períodos posteriores. Essa pequena quantia servia para que o escravo pudesse obter cachaça e fumo nas vendas próximas à fazenda ou fazer um pequeno pecúlio, algumas vezes usado na compra de sua alforria. Assim, criava-se uma

<sup>57</sup> Estimativas baseadas no ritmo de crescimento percebido a partir dos primeiros censos, que apresentavam a cifra de quase dez milhões de habitantes para o Brasil todo em 1872. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil*. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.470-486.





expectativa que agia como um freio a eventuais revoltas. Essa ‘recompensa’ visava a dissimular a violência do serviço, buscando aproveitar a total capacidade de trabalho do escravo.<sup>58</sup>

Mesmo assim, as condições da vida material dos escravos era de pauperismo. Morando em senzalas construídas em barro e sem janelas, quase todos eram trancafiados à noite pelo feitor, responsável pelo controle da movimentação escrava. Sem condições de higiene e conforto, viviam coletivamente numa rotina de descanso e trabalho, do nascer do sol ao crepúsculo. Os feitores e alguns cativos que desempenhassem algum ofício importante (arreadores, carpinteiros, etc) recebiam permissão para construir suas cabanas nos arredores, constituindo suas famílias com alguns espaços de residência e roças próprias, mantidas com as atividades de cultivo nos domingos e feriados religiosos em que não se trabalhava nos cafezais.

A permissividade senhorial dessa células familiares, dentro ou fora das senzalas coletivas, é interpretada pela historiografia mais recente como fruto de formas de negociação e resistência escrava à dominação senhorial. Por outro lado, podem servir também como meio dos senhores estabelecerem laços mais estreitos com seus cativos, diminuindo a chance de fugas e revoltas.<sup>59</sup> A própria prática da violência escrava e da reação senhorial vem recebendo novas interpretações, voltadas para a ideia de negociação e interação escrava junto à camada senhorial e dos demais livres pobres envolvidos com a produção para subsistência

<sup>58</sup> Cf. NEVES, Maria L. P. das; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. op. cit., p. 154.

<sup>59</sup> Entre os diversos trabalhos que vem reavaliando as relações entre senhores e escravos a partir de novas fontes e quadros teórico-metodológicos, ver SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudoeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999, e FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Para uma análise sobre a escravidão e os laços de família entre cativos na região agropastoril de Guarapuava, que se encontrava, por volta de 1850, com a economia voltada para a criação de gado e a coleta da erva mate nativa, ver FRANCO NETTO, Fernando. *População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX*. Guarapuava: Unicentro, 2007.

nas área contíguas aos cafezais.<sup>60</sup>

### Proprietário escravista paulista e seus escravos (1870)

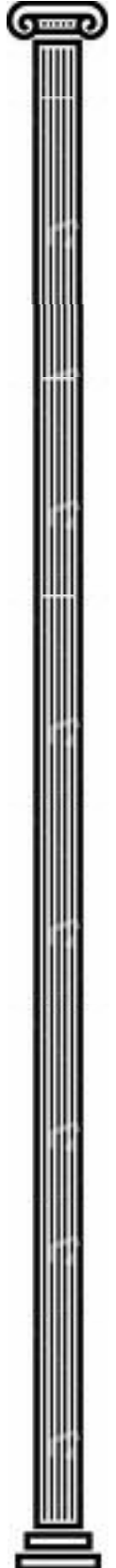


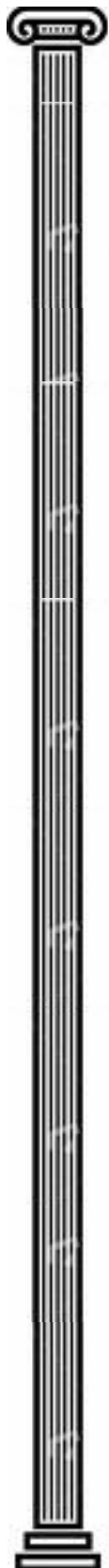
**Fonte:** A ordem privada escravista. Foto de Militão Augusto de Azevedo, São Paulo, c. 1870. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.19.

De qualquer modo a rotina do trabalho e a vigilância do senhor e de seus capatazes estava sempre perto. O toque de um sino todas as manhãs era o sinal para aqueles que viviam nos casebres e nas senzalas saírem para o trabalho. Após as orações em frente à senzala, recebiam as ordens próximos da varanda da casa senhorial, de onde saíam para o café com angú e, em seguida, para mais um dia de trabalho pesado. Divididos em turmas, realizavam os trabalhos no campo ou na casa da fazenda, colhendo ou secando o café colhido. Sem diferenciações entre homens, mulheres e crianças, enfrentavam o sol, a chuva e o cansaço.

Entoando cantos que ritimavam o trabalho – o jongo –, os escravos ironizavam os feitores e seus senhores. Ao retornar à sede da propriedade, ainda faziam a limpeza do

<sup>60</sup> Para um exemplo interessante, ver FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888*. São Paulo: UNESP, 2005.





terreiro e outros pequenos serviços, enquanto as crianças menores brincavam com os filhos dos patrões sob os olhos de uma pagem. As mulheres lavavam as roupas, mas não os sapatos, que não existiam: não eram permitidos aos escravos. Descalços como sinal de sua condição cativa, se recolhiam para a última refeição, que precedia o descanso para o próximo dia de trabalho.

Em um ritmo muito diferente da rotina diária nos cafezais, a questão legal da escravidão sofria suas primeiras alterações decretadas pela Corte ainda na década de 1850. As medidas inglesas contra o tráfico fizeram a pressão política sobre o Imperador D. Pedro II aumentar em relação às décadas anteriores. Se por um lado o aumento da produção cafeeira criava maiores demandas por mão de obra, o comércio de escravos - que enriquecia mais ainda os traficantes nesse período - também endividava os senhores de engenho e produtores de algodão decadentes do nordeste que tinham suas propriedades hipotecadas sob controle dos traficantes - grandes especuladores da mão de obra e do mundo rural. Com a extinção do tráfico, essas elites em decadência puderam superar a situação hipotecária vendendo seus cativos no mercado interno para os ascendentes do Oeste paulista. Entretanto, o peso da decisão partia da classe escravista do sudeste, que acabou pagando mais caro pelos cativos do nordeste em relação aos africanos depois da extinção.

Depois de tentativas mal fadadas em 1831, a extinção do tráfico seria aprovada pela Assembléia dos Deputados apenas em 1850, intitulada Lei Eusébio de Queiroz. Com a continuação do contrabando de negros, uma nova norma legislativa, a Lei Nabuco de Araújo, conseguiu impor, a partir de 1854, um sistema mais rigoroso na fiscalização portuária da proibição de entrada de escravos.

Em 1845, como retaliação à tarifa Alves Branco<sup>61</sup> promulgada um ano antes, os comerciantes ingleses, com o apoio da armada britânica e sancionados pelo Parlamento de Londres através do unilateral decreto *bill Aberdeen*, passaram a perseguir e aprisionar navios negreiros abaixo da linha do Equador. Ancorados nos princípios humanitários que passavam a ecoar através da opinião pública europeia como algo consensualmente aceito, a lei foi levada a cabo, embora os tumbeiros apreendidos acabassem descarregados nas ilhas britânicas na América Central.

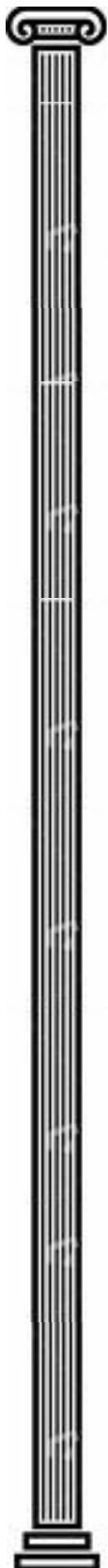
Naquele período, desde 1845, a escravidão brasileira já tinha aumentado o volume anual de entrada de escravos africanos de vinte e cinco mil para cinquenta mil cativos. De certa maneira, uma parcela dos escravistas estava prevendo a crise do sistema de produção baseado unicamente no uso de mão de obra escrava.

De acordo com Jaime Rodrigues, a historiografia tem debatido, ainda que de forma reduzida, o que fez com que o fim do tráfico ocorresse somente depois de 1850. Na perspectiva do autor, entre as várias motivações está a imagem cada vez mais descolada dos traficantes e contrabandistas com relação aos donos dos cafezais e aos próprios escravos frente à sociedade: ser contrário ao tráfico não significava necessariamente ser também contrário à escravidão em 1850.

Além disso, o medo das ações coletivas de fuga e revolta contra os senhores também aumentava, junto com a representação dos escravos como os responsáveis pela denominada corrupção dos costumes da sociedade que se modernizava e avançava na complexificação das classes sociais urbanas e na nova elite agrária liberal do Oeste

<sup>61</sup> Aumentava a taxa alfandegária dos produtos estrangeiros, inclusive os ingleses, de 20% para 60% do valor da mercadoria. A medida protecionista do governo imperial pretendia resolver o déficit público e incentivar os novos empreendimentos comerciais, com taxas fixadas na metade dos importados - em 30%.





paulista.<sup>62</sup> De todo modo, permaneciam em vigor as leis que incluíam a pena de morte como punição exclusiva aos escravos insurretos e que cometessem qualquer ofensa física contra seus senhores. O trabalho escravo foi extinto muito mais gradual e lentamente.

### **3.2 Imigração, mão de obra e industrialização**

As primeiras tentativas de inserção de imigrantes em solo brasileiro se deram ainda na Corte de D. João VI, com a instalação de um pequeno sistema colonizatório formado por pequenas propriedades, espalhadas em núcleos pelas províncias do sul e do sudeste. Sofrendo todo tipo de dificuldades, desde o isolamento das colônias até a exploração da mão de obra pelos proprietários das fazendas próximas, novas tentativas de imigração foram quase abandonadas até o segundo Reinado.

Inicialmente, o tráfico de escravos africanos acelerado durante as décadas seguintes e o tráfico interprovincial bastante aquecido após a extinção do comércio transatlântico de mão de obra foram suficientes para abastecer as plantações de café. Porém, com a diminuição da oferta interna, o alto índice de mortalidade escrava e a baixa taxa de natalidade, em meio ao crescimento da produção cafeeira, a chegada de novas levas de imigrantes se mostravam cada vez mais necessárias.

Outras pessoas além dos senhores e libertos também viviam no campo como potencial mão de obra. Uma grande variedade de pessoas – livres e libertos, indígenas e descendentes de indígenas – viviam em sua maioria na condição de agregados junto aos grandes proprietários, dispersos nas terras devolutas e nas bordas das fazendas, atuando também como sentinelas no caso de invasões dos

<sup>62</sup> RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.330-331.

limites – oficiais e forjados – dos latifúndios, principalmente após a promulgação da Lei de Terras na década de 1850, da qual trataremos mais na sequência do texto.

Sem uma vinculação direta com a mão de obra da produção cafeeira, esses livres pobres eram responsáveis pela produção da própria subsistência e de algumas variedades de alimentos, incluindo pequenas criações de gado e outros pequenos animais, para abastecer as fazendas quando possível. Também eram responsáveis pela própria vida, numa sociedade extremamente violenta na resolução de seus conflitos.<sup>63</sup>

Esses agregados serviam como fontes do poder político, naquilo que ficou conhecido como o sistema coronelista de arregimentação de eleitores, com violentas disputas pelos currais eleitorais. Os laços pessoais de apadrinhamento religioso também eram comuns entre agregados e proprietários, que geralmente compunham os soldados da Guarda Nacional, mantida por vínculo entre senhores e capangas em cada núcleo urbano e de povoamento pelo proprietário mais articulado com o poder.

Em muitas situações, a mentalidade senhorial oitocentista considerava o homem rural, o livre pobre do setor agrário, um preguiçoso e indolente, totalmente desacreditado como força de trabalho. A arregimentação dos trabalhadores livres pobres das cidades também era considerada difícil, uma vez que o trabalho manual rotineiro nos cafezais - depreciado pelos livres como coisa de escravo – passava pelo difundido preconceito de ser considerada ocupação pouco honrada para um homem livre. Na visão

<sup>63</sup> Um trabalho clássico na historiografia sobre os livres pobres no século XIX é o de FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997. Com o olhar voltado para a produção de cana de açúcar, temos como um dos trabalhos mais relevantes o de SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano. Itu, 1780-1830*. São Paulo: EDUSP, 2005. Mais recentemente, a vinculação dos homens livres pobres oitocentistas com outros grupos sociais, assim como as formas de utilização das malhas da justiça por esses atores sociais vem sendo revisitada, principalmente a partir dos arquivos mineiros. Para um aprofundamento no assunto, ver VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: Violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX*. Bauru/SP: EDUSC, 2004.





dessa mesma mentalidade, o indígena precisava passar, ainda, pelo processo de catequização nos aldeamentos para se tornar útil, avesso que estava à vida sedentária e aos valores almejados pelo padrão almejado de civilização da sociedade escravista.

Nos primeiros anos do governo de D. Pedro II, iniciou-se uma nova tentativa de instaurar um sistema que atraísse imigrantes europeus, direcionado-os para a produção agrícola de produtos coloniais a serem alocados em pontos próximos aos centros consumidores. Sem ficar subordinado aos fazendeiros locais, mais interessados em mão de obra para suas lavouras, franceses, alemães, italianos, portugueses e espanhóis em sua maioria começaram a entrar em conflito com os grandes proprietários à medida que suas pequenas propriedades ameaçavam a expansão constante dos latifúndios, principalmente dos cafezais. No Vale do Paraíba, os cafeicultores aristocratas e escravistas, avessos à maioria dos avanços técnicos na utilização do solo, tornavam as terras improdutivas em pouco tempo, levando a produção para áreas mais a oeste, e se encontrando com livres pobres e imigrantes nas áreas que lhes interessavam.

Em meio a essas disputas pela posse de terras férteis consideradas devolutas (livres pobres e imigrantes não possuíam documentos comprobatórios da posse dos terrenos, na maioria dos casos), a Coroa se posicionou a favor dos cafeicultores escravistas, promulgando a Lei de Terras em 1850, poucos dias depois da promulgação da Lei Eusébio, que extinguiu o tráfico negreiro. Pela Lei de Terras, implantada lentamente em cada localidade até 1856/57, as terras de propriedade particular deviam ser registradas junto às autoridades tradicionais da cidade (muitas vezes, ao pároco, vinculado ao Império pelo Padroado) pagando pelo registro a taxa devida, e apresentando documentos comprobatórios da residência e produção na terra requerida.

Um longo debate sobre quais povos deveriam ser convidados a imigrar para o Brasil, envolvendo as teorias racistas da segunda metade do século XIX, marcou o parlamento brasileiro do período. Cogitava-se, inclusive, a possibilidade de convidar chineses agricultores para viver no interior do país. Entretanto, a interpretação racial hierárquica das elites brasileiras optou pela seleção dos povos europeus, com interesses de acelerar o processo de civilização do povo brasileiro, tendo o Velho Mundo branco como modelo. Ver AZEVEDO, Célia Marinho de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX. São Paulo: Annablume, 2004, p.106-151.





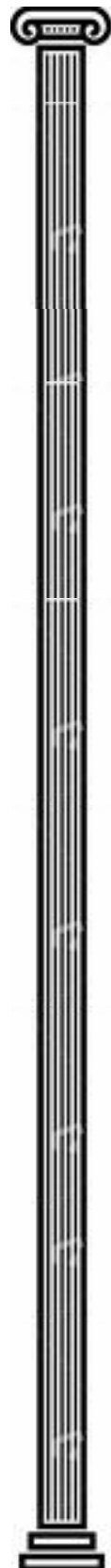
A transmissão da propriedade só se daria a partir de então, pela compra ou venda da propriedade, sendo definitivamente excluída a política de doação de sesmarias, paralizada desde 1822. As terras sem proprietário legalizado, consideradas devolutas, passaram à propriedade do governo Imperial.

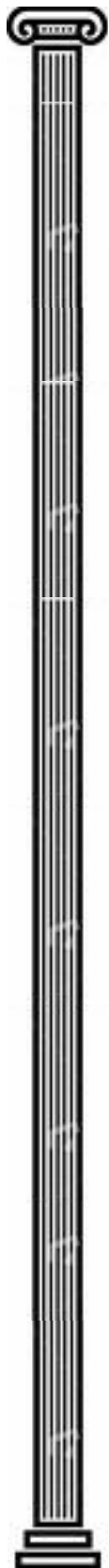
Sem documentos comprobatórios e sem rendas para pagar pelo registro, ficava dificultada a manutenção das pequenas propriedades que proliferavam pelo aumento das migrações internas de libertos e da chegada de novas levas de imigrantes. Ambos ficaram sob a sujeição das elites agrárias tradicionais, que abarcavam as antigas pequenas propriedades, sem possibilidades de comprovação legal da posse. A manutenção de pequenas propriedades, mesmo em caso de legalização e registro, enfrentava grandes entraves em função da grilagem de terras (criação de documentos de posse falsificados) por parte dos grandes proprietários. A resistência de alguns livres pobres pequenos proprietários, baseados no direito de manutenção de suas pequenas posses tradicionais pelo litígio judicial ou pela resolução prática e violenta dos conflitos, foi tema de estudos históricos que analisaram as localidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.<sup>64</sup>

Os pequenos posseiros, afastados de forma violenta de suas propriedades, tinham novamente na itinerância para áreas mais remotas a chave da autonomia. No início do século XX, novos conflitos explodiram com o avanço da propriedade agrária capitalizada, alcançando as bordas fronteiriças das províncias, como no caso da Guerra do Contestado, mais de sessenta anos depois.

Algumas colônias organizadas tiveram sorte melhor, principalmente no sul do país. Em Santa Catarina, Joinville e Blumenau prosperaram entre as décadas de 1830 e 1840. Na província do Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo foi a

<sup>64</sup>Cf. MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: EdUFF, 2008; e MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2009.





colônia que conseguiu se articular ao mercado interno sem oferecer riscos aos grandes proprietários, desconectados diretamente da cafeicultura e envolvidos com a criação e negociação de tropas de gado e muares nos mercados consumidores do sudeste.

Com a carência de mão de obra aceitável após a extinção do tráfico, um segundo sistema foi adotado, seguindo os interesses da elite cafeeira do Vale do Paraíba. As colônias de parceria, implantadas pelo Senador Vergueiro, sanaram apenas parcialmente a falta de mão de obra. A partir de 1847, famílias suíças e germânicas se instalaram nos cafezais de Limeira com todas as despesas de transporte da Europa à fazenda cafeeira pagas pelo governo do Império. Os gastos provenientes da instalação dos imigrantes nas fazendas ficavam à cargo dos cafeicultores, que iniciavam a cobrança com juros desses gastos assim que os imigrantes começavam a produzir.

Com a divisão de setores dos cafezais à cada família eram gerados os primeiros conflitos com os fazendeiros subventores da imigração. Recebendo pés de café pouco produtivos, e com o avanço das dívidas, contraídas nos armazéns das próprias fazendas a preços que se encontravam fora da fiscalização imperial, os imigrantes ficavam tão presos aos fazendeiros quanto os escravos. A propaganda brasileira da possibilidade de juntar dinheiro com o trabalho nas fazendas e adquirir suas próprias terras passava longe da realidade de exploração vivenciada. O trabalho misto junto aos escravos das fazendas fazia do tratamento recebido pelos imigrantes um verdadeiro espelho do trabalho cativo:

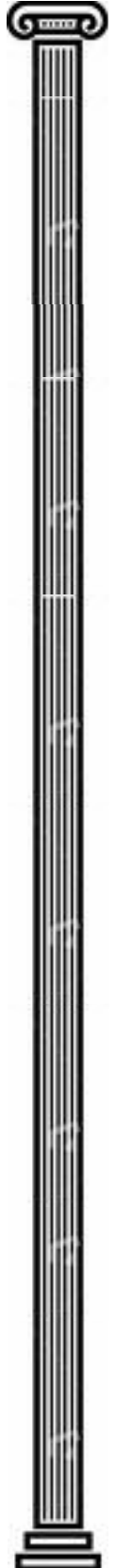
Da parte dos fazendeiros, acostumados à escravidão, havia acusações contra os imigrantes, rotulados de preguiçosos e indisciplinados. Queixavam-se do desinteresse dos colonos pelos lucros das propriedades e das inúmeras fugas.

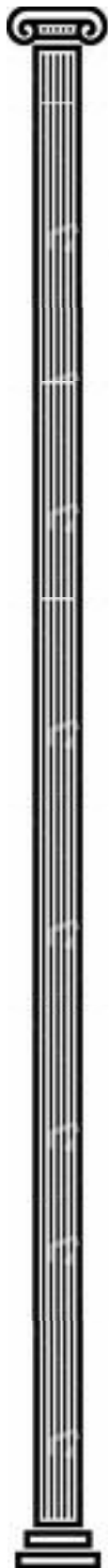
Alegavam que eles não queriam ultrapassar dez horas de trabalho por dia, enquanto os cativos ficavam até 14 ou 15. Para solucionar os conflitos, os proprietários reivindicavam financiamentos do governo e ação policial. Segundo um colono suíço, Thomaz Davatz, que liderou uma revolta na fazenda Ibicaba, [de propriedade do senador Vergueiro] em 1857, só faltava ‘um passo’ para os castigos corporais a que estavam sujeitos os cativos.<sup>65</sup>

Com essas situações propagadas por todos os países europeus convidados a enviar seus cidadãos para viver no Brasil, essas informações serviam como um aviso da ilusão que se propagava nos folhetos espalhados pelas ruas, envolvendo o Brasil num ideal da denominada terra da promessa nunca concretizada. Apenas dois anos depois, em 1859, a Prússia proibiu temporariamente a imigração germânica ao Brasil. Pelo que podemos perceber, apesar do interesse por mudanças, a elite cafeeira mais antiga ainda mantinha uma mentalidade senhorial, clientelística e escravista frente aos imigrantes.

Tentando resolver a situação e limpar sua imagem frente à opinião pública mundial, uma nova modalidade de imigração foi criada em 1860, denominada de imigração subvencionada. Além das despesas da viagem das famílias européias pagas pelo governo brasileiro, os fazendeiros se responsabilizavam inteiramente pelo primeiro ano desde a chegada da família imigrante à fazenda, onde se realizavam, a partir de então, contratos que estabeleciam a remuneração pelo volume da produção, e não mais pelo número de pés de café colhidos. Pelo lado do imigrantes, ficava acertado no contrato a obrigatoriedade de participação nas tarefas de beneficiamento do café, pelo qual o europeu recebia um pagamento diário. Para contrabalançar o investimento do

<sup>65</sup> Cf. NEVES, Maria L. P. das; MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1999, p.177.





governo, ficava estipulada a realização gratuita, por parte do imigrante, de trabalhos de manutenção de estradas e ferrovias.

Com essas alterações, somadas a um maior controle por parte do governo imperial e à propaganda feita pelos próprios imigrantes em suas cartas, assim como o acirramento dos conflitos pela unidade política e pela capitalização da terra na Alemanha e na Itália e também dos Estados Unidos – grande receptor de imigrantes no século XIX – com limitadores de imigração após a guerra da década de 1860, fizeram com que o volume de famílias que migravam para o Brasil crescesse dez vezes em apenas 14 anos. Enquanto as chegadas anuais de colonos somavam 20 mil pessoas em 1874, somente os italianos somavam 200 mil pessoas em 1888, em pleno movimento pela abolição. O regime de colonato, ao estabelecer diversas formas de remuneração, acabou atraindo imigrantes com mão de obra especializada, a qual também serviu para as manufaturas em processo de instalação.

Embora as relações de trabalho no campo ainda não estivessem completamente capitalizadas, o desgaste da escravidão se mostrava ainda maior na década de 1870, e as cidades também começaram a necessitar dessa mão de obra estrangeira. A partir da instalação das primeiras indústrias, produtos como sabão, algodão, tecidos e cervejas passaram a ser produzidos internamente a preços bem melhores desde a década de 1860 nas dezenas de fábricas que eram inauguradas pelo país, em especial nas sedes das principais cidades brasileiras. Embora ainda muito tímido, o processo de industrialização já demonstrava avanços entre as décadas de 1850 e 1860.

A própria expansão cafeeira criava a demanda necessária, principalmente a partir das transformações e melhoramentos dos novos núcleos urbanos do Oeste paulista, mais enriquecidos no período, e afastados das

fabricas mais antigas, montadas próximas à Corte nas primeiras décadas do oitocentos para atender aos cafeicultores do Vale do Paraíba. A tarifa Alves Branco contribuía para o novo contexto de substituição de algumas importações básicas do período 1808-1840.

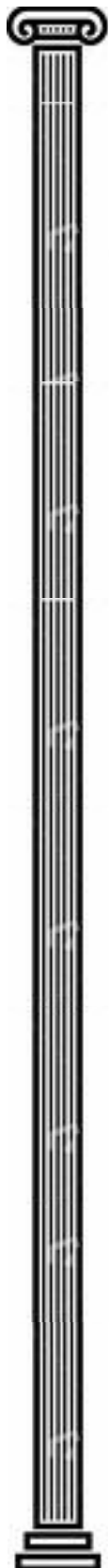
De acordo com o historiador Luiz Carlos Soares, além do remanejamento dos investimentos cafeeiros para as manufaturas após o final do tráfico negreiro, o qual foi investido em maior volume nos serviços urbanos de transporte e iluminação, o grande impulsionador do crescimento manufatureiro foi o aumento do crédito – consequência indireta da criação de diversos bancos pelo Estado e pelos cafeicultores a partir de 1853. Segundo o autor, embora os comerciantes manufatureiros não necessitassem de tantos capitais para a abertura de seus negócios, “[...] tais investimentos ainda mostravam-se de grande risco e eles preferiam não arriscar uma grande soma de seus capitais, recorrendo, sempre que podiam, à tutela e à boa vontade do Estado Imperial para realizarem seus investimentos industriais.”<sup>66</sup>

Do grupo dos cafeicultores emergentes, a conhecida trajetória de Irineu Evangelista de Souza apresenta um bom exemplo do perfil empresarial dos setores mais progressistas que se ligaram à industrialização e, posteriormente, aos projetos abolicionista e republicano. Investidor responsável pela primeira companhia de gás do Rio de Janeiro, Mauá também organizou os primeiros investimentos dos cafeicultores brasileiros e do empresariado britânico no setor da navegação por vapor, da instalação de ferrovias e na fundição de ferro e bronze, contando com milhares de empregados pelo sudeste.

Todavia, a compra de terras e a atividade agrícola

<sup>66</sup> Cf. SOARES, Luiz Carlos. “A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860).” In: SZMERECȘĂNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). *História Econômica da Independência e do Império*: 2. ed. revista. São Paulo: EDUSP/Hucitec/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002, p.303.





permaneciam como os únicos investimentos garantidos e transmissores de *status* social na sociedade escravista. Os investimentos na indústria eram necessários, mas complementares. Aproveitando-se da manutenção da dependência econômica brasileira dos capitais ingleses, em 1860 as pressões inglesas fizeram cair os impostos de importação de ferramentas e ferragens, prejudicando os investimentos dos empresários nacionais nessa área.<sup>67</sup>

Com a retração dos créditos durante a Guerra do Paraguai – que inicialmente havia estimulado a industrialização –, muitos dos novos empreendimentos foram à falência. Mauá acabou vendendo suas empresas a preços simbólicos aos empresários ingleses e estadunidenses, que voltariam a dominar as manufaturas e o setor de serviços com necessidade de investimentos. A primeira onda de industrialização não passou de uma marola, e novos investimentos só começaram a reaparecer nas décadas de 1870-1880.

Sem universidades para a geração de novas ideias, a educação superior permaneceu limitada aos filhos dos grandes proprietários, enviados para a Europa caso decidissem frequentar os níveis superiores de ensino. As próprias classes médias e baixas de trabalhadores urbanos, à margem dos limitados setores médios intelectualizados pelo restrito acesso à educação, permaneceram exploradas nas fábricas das cidades.

Agrupando pessoas de origens diferentes – imigrantes europeus, livres pobres migrantes e libertos –, tinham a mão de obra infantil e das mulheres explorada de maneira diferenciada em relação aos operários do sexo masculino, recebendo menos em jornadas de trabalho desregulamentadas que chegavam a 16 horas diárias. A politização e a cidadania operária, fruto da imigração de grupos anarquistas majoritariamente italianos, só se deu no

<sup>67</sup>idem, p.306.

início do período republicano, já em pleno século XX.

Assim, embora florescessem novas e mais complexas formas de interação social a partir da industrialização e da imigração para os cafezais e para os centros urbanos das principais cidades do sudeste, os interiores mais afastados permaneciam sem sentir os impactos dessas mudanças durante quase todo o século XIX. Nesses espaços rurais, os maiores e únicos edifícios continuaram sendo as torres das igrejas e as câmaras municipais.

### 3.3 O movimento abolicionista

A atmosfera política da região platina, local de interesses políticos divergentes entre os países que dividiam a posse do território e as rotas comerciais rumo à Europa, levaram o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai ao conflito internacional sulamericano de maiores dimensões no século XIX, entre 1864 e 1870.<sup>69</sup> Com a Guerra do Paraguai, o Império perdeu cerca de cem mil soldados, e os gastos e empréstimos de guerra agravaram a situação financeira do país.

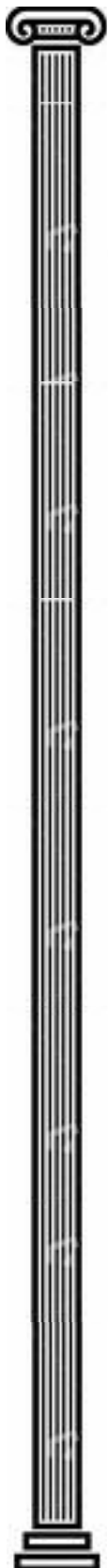
Com a organização e o fortalecimento do Exército, cuja base passou a ser formada a partir das classes médias urbanas, a existência da Guarda Nacional, criada ainda na década de 1830, foi colocada em cheque, assim como a própria monarquia como modelo político e a escravidão. Republicanos e abolicionistas se uniam aos militares, e o próprio povo aumentava o sentimento patriótico após as campanhas pela arrematamento.<sup>70</sup> O recrutamento de

<sup>68</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.57-61.

<sup>69</sup> Uma boa análise historiográfica a respeito das tensões oitocentistas na região do Prata pode ser encontrada em FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>70</sup> IZECKSOHN, Vitor. "A Guerra do Paraguai". In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial, volume II: 1831/1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.420.





escravos e a visualização da realidade pouco conhecida dos países platinos, já afastados da escravidão, também fizeram dos cativos – alforriados pela participação na guerra depois da pressão emancipacionista – outros críticos da permanência da escravidão no Brasil junto à sociedade oitocentista.

A Guerra da Secessão nos Estados Unidos, ao levar à abolição do trabalho escravo nas *plantations* norte-americanas, também encorajou a opinião pública urbana a participar da pressão pela emancipação dos cativos de origem africana. Um primeiro passo foi dado em 1871, com a promulgação da Lei do Ventre Livre, numa clara demonstração de que, mesmo com a aprovação do Imperador, a emancipação se daria de maneira lenta e gradual. A questão da indenização dos senhores colocou os primeiros entraves na lei: um fundo emancipatório foi criado para indenizar os proprietários que liberassem seus escravos nascidos a partir da aprovação da lei do Ventre Livre. As crianças permaneceriam nas fazendas até os oito anos de idade, para aí passarem à tutela do Império, afastados de suas famílias escravas.

Com a inviabilidade dessa medida, ficou fixado que os fazendeiros podiam manter os escravos em suas propriedades até os 21 anos, fazendo com que pagassem pelo sustento que tiveram na infância através de seus trabalhos. As indenizações, como se percebe, ficavam unilateralmente direcionadas aos proprietários escravistas. Com os protestos da camada escravista nos altos gabinetes da Corte, poucos proprietários foram indenizados. O tráfico interprovincial também aumentara na década de 1870, embora os crimes e ameaças de sublevação escravas, almejando a liberdade, proliferassem em várias regiões escravistas.<sup>71</sup>

A partir de 1878, o movimento abolicionista ganhou força política importante. Com as lideranças do jurista

<sup>71</sup>AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco...* op. cit., p.160.



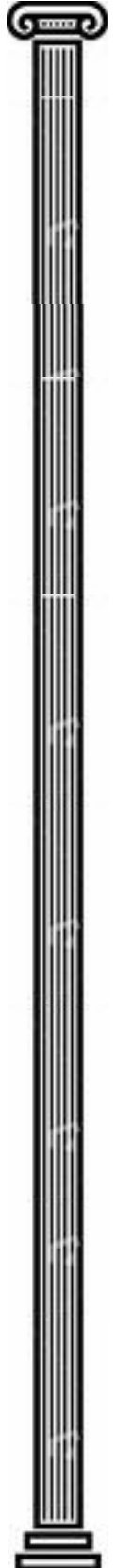
Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças, alguns setores rurais descinculados da escravidão, juntamente com a classe média das cidades, passaram a discutir maneiras de integrar o negro liberto à sociedade após a emancipação. A educação seria necessária para que o liberto soubesse ocupar um lugar no mercado de trabalho assalariado. De alguma forma, ficava evidente que o movimento queria a abolição, mas sem alterações na organização hierárquica das classes sociais.

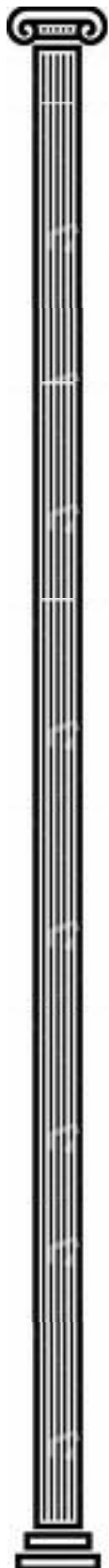
Na década seguinte, jornais, clubes comerciais e instituições de ensino passaram a apoiar o movimento. Intelectuais e literatos como Castro Alves propagavam os ideais abolicionistas de maneira romântica, criando uma nova modalidade de reivindicação.<sup>72</sup> Atividades arriscadas de libertação e fugas planejadas pelos abolicionistas começaram a ser colocadas em prática ou incentivadas: imigrantes e libertos auxiliavam nas rebeliões que ocorriam em algumas propriedades. Além de São Paulo e Rio de Janeiro, os emancipacionistas conseguiram adeptos em Fortaleza, onde jornais abolicionistas eram publicados. Ainda em 1884 algumas províncias de menor concentração escrava - no caso do Amazonas e do Ceará - aboliam a escravidão de seus territórios.

Nas províncias de maior escravismo, a pressão seria acrescida por medidas protetórias. Em 1885, a Lei dos Sexagenários passou a estender a liberdade aos escravos com mais de sessenta anos, os quais ficavam obrigados a trabalhar até os sessenta e cinco anos. A criação de um Fundo da Emancipação também estava previsto, com intenções de aumentar os subsídios para a imigração européia.

Contando com o apoio do grupo cafeeiro do Oeste Novo paulista - mais interessados na modernização do

<sup>72</sup> Castro Alves teve seu poema *Navio Negreiro* publicado nesse período. Que passou a constituir uma espécie de manifesto poético contrário à condição dos cativos.





ampo pela substituição da mão de obra escrava -, estava feita a cisão entre a elite cafeeira do Oeste e a elite tradicional do Vale do Paraíba, que considerava a concessão da emancipação sem o pagamento indenizatório uma condição inaceitável.

Naqueles anos, aproveitando-se da nova posição do Exército, Joaquim Nabuco incitava os soldados a não aceitarem a função de capitães do mato que lhes era atribuída sempre que ocorriam fugas de cativos. Com o aumento desses casos, o medo senhorial chegou à Corte: Em 1888, uma proposta de abolição apresentada para análise do Imperador foi rapidamente votada, em maio daquele ano, a filha de D. Pedro, Isabel, na condição de Imperatriz interina, assinou a lei Áurea, acabando com a escravidão naquele mesmo momento.

Acredita-se que cerca de setecentos e cinquenta mil escravos foram libertados em 1888. Para além das dificuldades sentidas pelos setores agrários tradicionais mais dependentes da escravidão – os quais já se encontravam em decadência anos antes da emancipação, a monarquia perdia força. Aos ex-escravos, libertos sem planejamentos de inclusão no mundo livre - ao menos para uns poucos - restava a possibilidade de cultivar um pequeno pedaço de terra, nos casos das comunidades que se formaram nas bordas dos campos cultiváveis.

Hebe Mattos e Ana Lugão Rios recuperaram parte dessas experiências através de entrevistas com os filhos desses libertos de 1888 no sudeste escravista, e descobriram que, na maioria dos casos, o destino desses homens, mulheres, idosos e crianças foram os sub-empregos nos centros urbanos, ou o retorno ao cabo da enxada como trabalhador braçal, recebendo poucos pagamentos, muitas vezes nas mesmas terras em que tinham vivido como cativos

até a Lei Áurea.<sup>73</sup> O pensamento oitocentista a respeito da superioridade racial branca sobre negros e indígenas ressoava fortemente. A partir daí se difundiu a ideia fantasiosa da democracia e da tolerância racial brasileira, presente, por exemplo, na obra de Gilberto Freyre, escrita quarenta e cinco anos depois.<sup>74</sup>

### 3.4 A monarquia por um fio

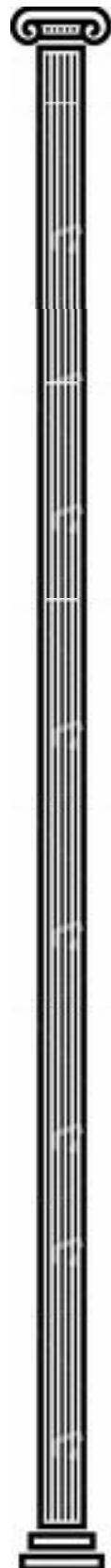
Em meio a todas as mudanças pelas quais o país passava nos últimos anos da década de 1880, além do final da escravidão, o que mais se questionava era o futuro da monarquia de D. Pedro II. O ideal republicano, transformado em um movimento organizado na década de 1870, ganhava amplitude à medida que importantes setores dos novos grupos sociais, incluindo setores progressistas do Exército, aderiam às suas ideias. A expansão da lavoura cafeeira também diversificava as atividades econômicas, e o aumento da população transformava os espaços urbanos.

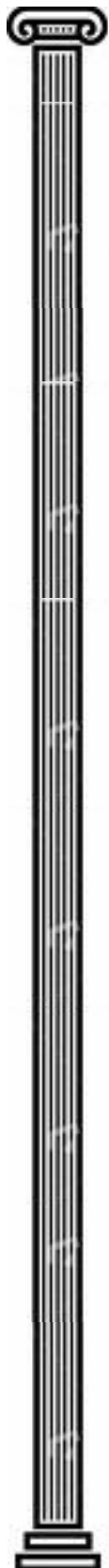
A proclamação da República vem sendo tema recorrente da historiografia, e cada nova interpretação tem colocado novas possibilidades de localização do ponto fulcral que levou a monarquia à queda. Emilia Viotti da Costa, discutindo as versões mais tradicionais da historiografia sobre a proclamação em conjunto com as interpretações mais recentes, principalmente da história econômica, tem apontado para a inadequação das instituições vigentes no Império ao processo de desenvolvimento econômico e social em voga na segunda metade do século XIX.<sup>75</sup> Sem personalizar os políticos envolvidos no processo, Emília Viotti considera

<sup>73</sup> MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria Lugão. *Memórias do cativo*: trabalho, identidade e cidadania na pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.50.

<sup>74</sup> FREYRE, Gilberto *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006 [1933]; Sobre a visão racista da camada livre pobre de libertos, ver AZEVEDO, Célia Marinho de. op. cit.

<sup>75</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 2007, p.453.





importantes em sua análise a soma dos elementos que entravam em choque com as instituições imperiais: “[...] a decadência das oligarquias tradicionais, ligada à terra, a Abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre as zonas produtoras, a campanha pela federação contribuíram para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão.”<sup>76</sup>

A República não foi consequência da abolição, mas parte do mesmo processo, impossível de ser pensado separadamente desde suas origens. A monarquia implantada em solo brasileiro no início do oitocentos já estava minada desde seu início, em função da inadequação das estruturas do Antigo Regime e da limitação de suas adaptações ao mundo capitalista que partia da industrialização e do liberalismo político e econômico europeu: complexificação da sociedade a partir dos setores da classe média exigia maiores direitos para os novos interesses.

De qualquer, forma, a ideologia das mudanças não previa a inclusão igualitária de todos os elementos que formou a sociedade nas decisões que precisavam ser tomadas. Através da doutrina positivista do francês Augusto Comte, a contestação ao voto da mulher e do analfabeto no sistema eleitoral indireto continuaram em vigor, conforme a reforma eleitoral de 1881. O Partido Radical dos anos 1860 se transformaram no Partido Republicano em 1870, englobando advogados, engenheiros, negociantes, jornalistas, médicos e militares envolvidos com a doutrina positivista. Não é de se estranhar que o povo tenha assistido “bestializado”<sup>77</sup> ao movimento de tomada do poder pelos militares e liberais republicanos em 1889: pela doutrina positivista, é natural que alguns existam para governar, e outros, para serem governados. O mesmo historiador, em

<sup>77</sup> “Em frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar.” (grifo nosso), Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p.9.

outro trabalho, demonstra que a forma de se fazer política no Brasil pouco se alterou entre 1822 e 1930, constituindo um continuísmo na questão da exclusão do analfabetos, do voto indireto e facultativo e da política dos Coronéis em busca da arregimentação forçada de eleitores.<sup>78</sup>

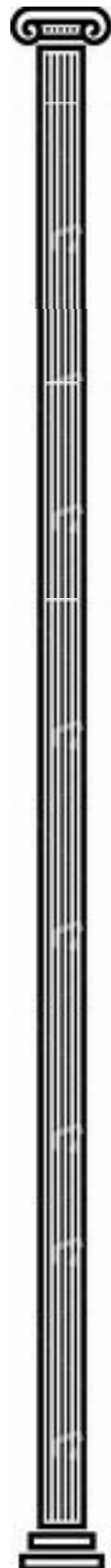
Com a parcela mais forte de atuação em São Paulo, o próprio interior do partido Republicano já se iniciava dividido entre os paulistas - que defendiam o federalismo extremo - e os outros grupos, principalmente do nordeste, que visavam aumentar os vínculos da nacionalidade com a alteração do governo, e assim diminuir a crise em que se encontravam.

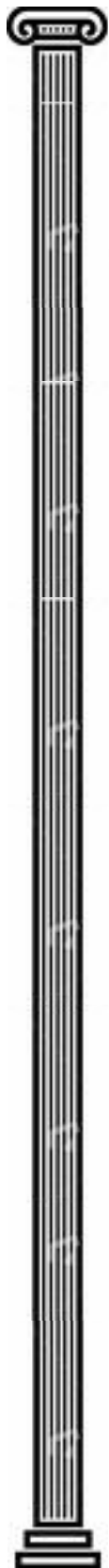
A Questão Religiosa de 1872, na interpretação de Emília Viotti, também foi pouco analisada pela historiografia, ou relegada à evento político de pouca importância.<sup>79</sup> Ao dividir a população imperial, essencialmente religiosa, entre os apoiadores dos bispos e os apoiadores da maçonaria e dos políticos, a própria Igreja Católica brasileira se dividiu mais ainda: padres passaram a apoiadores da República, levando consigo seus fiéis. Embora não tenha sido um fator decisivo, aguçou a discussão sobre a divisão dos poderes entre o Estado e a Igreja, unidos durante todo o século XIX através do Padroado.

Com a Questão Militar surgida após a Guerra do Paraguai, as ideias positivistas e republicanas que adentravam a Escola Militar de formação do alto escalão dos militares foram novamente colocadas em discussão. Os castigos físicos nas forças armadas também se tornaram motivo de revolta e descontentamento até a entrada no século XX. A emancipação dos cativos arregimentados para a guerra ecoou como um pedido de encerramento da escravidão em sentido amplo. Enfim, as questões eleitorais,

<sup>78</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.15-83.

<sup>79</sup> COSTA, Emília Viotti da. op. cit., p.458-459.





militares, escravistas e religiosas aumentaram a força do movimento republicano já existente.

Em novembro de 1889, após a nomeação imperial de um novo Gabinete ministerial para ocupar o lugar do antigo - reformista - dissolvido pelo Imperador em junho daquele ano, o golpe conspiratório foi dado. Os liberais moderados, os exaltados e os militares republicanos e positivistas, com tropas lideradas pelo marechal Deodoro, tomavam o poder na Corte, se reunindo na Câmara dos Deputados para organizar o novo governo. Sem negociações com o Imperador deposto e sob determinação de deixar o país no dia seguinte, os militares formaram o primeiro governo provisório da República Federativa do Brasil.

Os liberais radicais, responsáveis pelo início da propagação das idéias republicanas, acabaram fora do plano político do primeiro governo da República. A política mudava, mas sem almejar maiores mudanças na hierarquia social dos grupos que formavam o país. O terceiro regime político entrou no poder no mesmo século, escravidão em sentido amplo. Enfim, as questões eleitorais, militares, escravistas e religiosas aumentaram a força do movimento republicano já existente.

Em novembro de 1889, após a nomeação imperial de um novo Gabinete ministerial para ocupar o lugar do antigo - reformista - dissolvido pelo Imperador em junho daquele ano, o golpe conspiratório foi dado. Os liberais moderados, os exaltados e os militares republicanos e positivistas, com tropas lideradas pelo marechal Deodoro, tomavam o poder na Corte, se reunindo na Câmara dos Deputados para organizar o novo governo. Sem negociações com o Imperador deposto e sob determinação de deixar o país no dia seguinte, os militares formaram o primeiro governo provisório da República Federativa do Brasil.

Os liberais radicais, responsáveis pelo início da propagação das idéias republicanas, acabaram fora do plano

político do primeiro governo da República. A política mudava, mas sem almejar maiores mudanças na hierarquia social dos grupos que formavam o país. O terceiro regime político entrou no poder no mesmo século, mantendo em boa parte os mesmos valores e as mesmas condições de vida para a maioria da população.







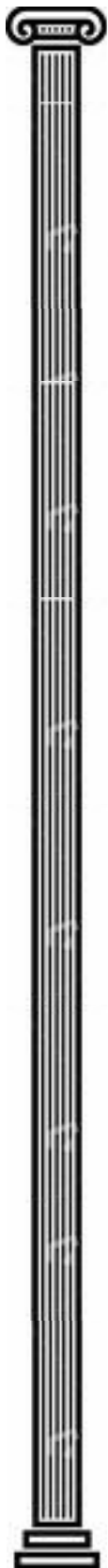
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode acompanhar durante a discussão historiográfica apresentada nos capítulos desse livro, as consequências da vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 foram maiores do que as considerações da historiografia política sobre a Independência e o Primeiro Reinado podem sugerir. Toda a organização social e cultural do Império, com seus costumes, tradições e hierarquias, tiveram sua origem portuguesa reforçada a partir da transferência da Corte. A interligação entre o Vice-reino do Brasil e a metrópole Portugal, se manteve para além da Independência, pelo menos até 1831 e a proeminência da cidade do Rio de Janeiro, articulada como centro do poder político do Império não se alterou até a construção da nova capital nacional, já em meados do século XX republicano.

Na segunda parte do texto, analisou-se as mais importantes lutas políticas e revoltas populares que marcaram a Regência política e o início do Segundo Reinado. Em meio a uma heterogeneidade de grupos em conflito, pudemos perceber que a construção da identidade nacional não pode ser entendida de forma homogênea e nem ao menos de forma completa no Império. Por outro lado, as reivindicações por direitos sociais, civis e políticos na Regência e no reinado de D. Pedro II alteraram a força decisória dos grupos políticos no período de crescimento das exportações de café, elevando a importância da Província de São Paulo no cenário nacional. Essas alterações serão ainda percebidas pelo leitor no livro referente ao Brasil Republicano.

Ao final, no terceiro capítulo, realizou-se algumas considerações a respeito do Segundo Reinado e da discussão, efetuada a partir da década de 1870 pelas elites cafeeiras, sobre a mão de obra escrava e sobre a questão





ideológica da necessidade dos imigrantes com mão de obra livre no país. O movimento abolicionista e republicano, em última análise, apontou a derrocada do Império como fruto de um lento processo de substituição das estruturas sociais e políticas que mantinham a Coroa de D. Pedro II no poder.

Os rumos ideológicos e políticos da República também foram apontados e a permanência de valores paradoxais em termos políticos e sociais numa sociedade cada vez mais complexa e ocupada por múltiplos atores sociais poderá ser discutida na sequência dos estudos históricos realizados pelo leitor, na disciplina referente ao Brasil República.

As pesquisas históricas sobre o período monárquico ainda estão longe de perderem a atualidade, tanto para a historiografia quanto para a sociedade brasileira. As festividades pelos 200 anos da chegada da família real em 2008, comemoradas publicamente e reavaliadas a partir de livros abrangentes sobre o tema, lembram do período com certo garbo de nobreza e implícita superioridade em relação ao período republicano. Jornalistas e historiadores se encarregaram de trazer o momento novamente à tona.<sup>80</sup> Em 1993, lembra-nos Lúcia Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado, um plebiscito público discutiu o regime político do país, reabilitando a monarquia e o parlamentarismo como possibilidades políticas.<sup>81</sup> Embora o regime republicano tenha sido vitorioso nas urnas (até hoje não se sabe se uma vitória da monarquia seria posta em prática no âmbito político), certa nostalgia imperial tomou conta de historiadores e políticos. Discutiam-se as propostas em rede nacional, lembrando dos benefícios do regime que tinha como projeto manter o poder das decisões nacionais nas mãos da família real descendente de D. Pedro II.

<sup>80</sup>Estamos nos referindo ao trabalho do jornalista-historiador Laurentino Gomes, 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

<sup>81</sup> NEVES, Maria L. P. das; MACHADO, Humberto F. op. cit., p.451.

Atualmente, diversas obras têm repensado o período imperial com recortes historiográficos temáticos, voltando o interesse principalmente para a questão da identidade brasileira e do nacionalismo, assim como da cidadania e seus significados,<sup>82</sup> discussão essa realizada pelos políticos conservadores e liberais durante o próprio império. Pelos resultados obtidos nas percepções do vocabulário político do século XIX, ser considerado ou se considerar cidadão remetia à questão dos vínculos sociais mantidos ou às práticas profissionais realizadas muito mais do que à individualidade dos direitos no liberalismo brasileiro.

A pluralidade de visões que ressuscitam o oitocentos reforçam a perspectiva de que a história não pode ser considerada acabada, dependendo, a cada momento, das indagações feitas a partir do presente. Ao historiador, cabe a tarefa de selecionar essas demandas, analisando-as com o rigor próprio da história como ofício, respeitando as características do objeto de estudo.<sup>83</sup> Dessa forma, podemos nos inserir nos debates da atualidade como situadores da sociedade no tempo com responsabilidade e métodos comparativos adequados.

<sup>83</sup>Idem, p.459.





## BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Rubens Leão de (et. al.) **Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

ALENCAR, Chico; RAMALHO, Lucia Carpi; RIBEIRO, Marcos V. C. **História da Sociedade Brasileira.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) **História da vida privada no Brasil.** Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

AZEVEDO, Célia Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX.** São Paulo: Annablume, 2004.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil, 1790-1822.** São Paulo: Annablume, 2006.

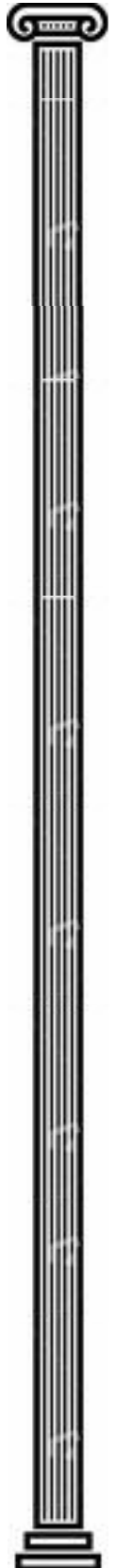
BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.) **O Brasil Imperial**, volume II: 1831/1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

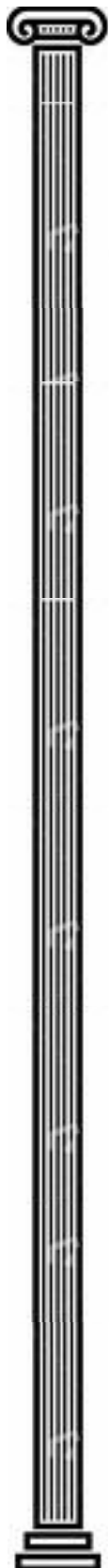
BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo: Loyola, 1974.

CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo II: **O Brasil monárquico.** Vol.IV, Declínio e queda do Império. São Paulo: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Maria Lúcia P. das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo de (org). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.





\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. “Apresentação”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume I: 1808/1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASTRO, Jeanne B. de. **A milícia cidadã**: a Guarda Nacional de 1831 a 1851. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CASTRO, Paulo Pereira de, A ‘Experiência Republicana’, 1831-1840. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II: O Brasil monárquico. Vol.II, dispersão e unidade. São Paulo: DIFEL, 1972.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Política indigenista do século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras/FAPESP, 1992.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial**: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Senhores de poucos escravos**: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830-1888. São Paulo: UNESP, 2005.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **As Áfricas e o Ensino de História no Brasil**: construções de identidades afro-brasileiras durante o escravismo moderno. Guarapuava: Unicentro/UAB, Coleção História em Construção, 2011, (no prelo).

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João Luís. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO NETTO, Fernando. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava: Unicentro, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 2006.

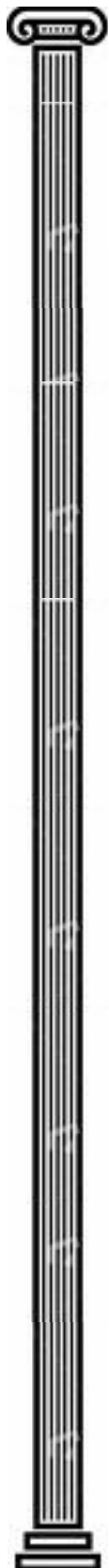
\_\_\_\_\_. **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Laurentino. 1808: uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções**: Europa, 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2002.





\_\_\_\_\_. **A Era do Capital**, 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) **O Brasil Monárquico**: o processo de emancipação. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil Imperial, volume II**: 1831/1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs). **O Brasil Imperial, volume II**: 1831/1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Hebe. **Ao sul da história**: lavradores pobres na crise do trabalho escravo. Rio de Janeiro: FGV/Faperj, 2009.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria Lugão. **Memórias do cativo**: , identidade e cidadania na pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da Restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas Fronteiras do Poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Niterói: EdUFF, 2008.

NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do império e a Igreja. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume I**: 1808/1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e Constitucionais**: a cultura política da independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

NEVES, Maria Lúcia Pereira das; MACHADO, Humberto F. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.



OLIVEIRA, Cecília Helena de. Repercussões da revolução: delineamento do Império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume I: 1808/1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PAIVA, Eduardo França. Minas depois da mineração [ou o século XIX mineiro]. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume I: 1808/1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831/1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PONTAROLO, Fabio. **Homens de Ínfima Plebe: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REIS, Arthur César Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II: O Brasil monárquico. Vol.II, dispersão e unidade. São Paulo: DIFEL, 1972.

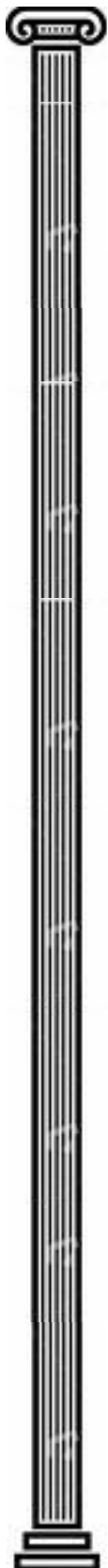
REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RICCI, Magda. Cabanos, patriotismo e identidades: outras histórias de uma revolução. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831/1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano**. Itu, 1780-1830. São Paulo: EDUSP, 2005.





SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudoeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil** (na época de D. Maria I e D. João VI). Lisboa: Estampa, 1993.

SOARES, Luiz Carlos. A indústria na sociedade escravista: as origens do crescimento manufatureiro na região fluminense em meados do século XIX (1840-1860). In: SZMERECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). **História Econômica da Independência e do Império**: 2. ed. revista. São Paulo: EDUSP/Hucitec/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria Coroada**: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e (org.) **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

VALLADARES, Eduardo Montechi. O Período Regencial (1831-1840). In: AMARAL, Sonia Guarita do (org.) O Brasil como Império. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2009.

VELLASCO, Ivan de Andrade. **As seduções da ordem**: Violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, século XIX. Bauru/SP: EDUSC, 2004.